

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS**



TATIANE DE LIMA CAMPOS

O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO E O CASO DA UHE-SINOP

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2015

TATIANE DE LIMA CAMPOS



O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO E O CASO DA UHE-SINOP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau em Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Gabriela Lema Icasuriaga

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2015

TATIANE DE LIMA CAMPOS

O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO E O CASO DA UHE-SINOP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau em Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Gabriela Lema Icasuriaga

Defendida em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Gabriela Lema Icasuriaga
Presidente e orientadora

Prof. Dr^a Maristela Dalmoro

Prof. Dr^a Silvina Galizia

Dedicatória

Dedico primeiramente a minha pequena e linda filha Lunna Talita, flor de minha vida.

Ao meu querido companheiro e camarada Herbert de Souza, ou bert por me aguentar nos momentos de estresse e apuros, obrigado pelo carinho e atenção.

Pela minha família, pai Valtair, mãe Sebastiana e irmão Valdsandro, lindos que quase sempre morro de saudade, os amo muito.

Aos amigos e amigas da luta, aos atingidos e atingidas que sonham e lutam por um mundo socialista, que forjam a luta nos rincões da Amazônia mato-grossense.

EPÍGRAFE

Sobradinho

(Sá/Guarabyra)

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá prá cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o Gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.

RESUMO

CAMPOS, Tatiane de Lima. **O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO E O CASO DA UHE-SINOP**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O presente trabalho discute o modelo energético brasileiro, seu histórico, abordando as mudanças ocorridas no setor elétrico a partir do alinhamento político e econômico do país no modelo de desenvolvimento neoliberal com o processo de privatização, precarização do trabalho e apropriação dos agentes de mercado e seus princípios nas instituições do Estado. Relatando as consequências sociais e ambientais desse modelo de desenvolvimento e as formas de expropriações do capital sobre os recursos naturais da maior floresta tropical do mundo – Amazônia, não se preocupando com os povos que vivem da e na floresta. O avanço das barragens nos rios amazônicos tem se dado de maneira a violar direitos das populações locais e ainda, se beneficiar de financiamento público através da isenção de impostos, como também do financiamento direto. Por fim, discutir as barragens planejadas e já em construção na sub-bacia do Rio Teles Pires, e a população afetada, seu perfil, dados gerais, impactos provocados nas formas de sobrevivência e no cotidiano, assim como a forma que as empresas tem atuado junto aos atingidos, que, como constatamos, reproduzem o histórico de violação de direitos aos atingidos. Por último, resgatamos na fala de alguns moradores atingidos, a determinação de organização junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens como única alternativa de enfrentamento direto com as empresas e o Estado, que se ausenta da sua responsabilidade na falta de uma Política Nacional para os Atingidos por Barragens que defenda à população diante dos abusos desses grandes empreendimentos econômicos.

Palavras chaves: energia, Amazônia, Direitos, Teles Pires, Movimento dos Atingidos por Barragens.

LISTA DE SIGLAS

ACR – Contratação Regulada

ACL – Ambiente de Contratação Livre

ADUNEMAT – Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APP – Área de Preservação Permanente

BM – Banco Mundial

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CES – Companhia Energética Sinop SA

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EDF – Electric de France

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAE – Mercado Atacadista de Energia

MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MME – Ministério de Minas e Energia

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações não Governamentais

ONS – Operador Nacional do Sistema

PA – Projeto de Assentamento

PBA – Programa Básico Ambiental

PDC – Plano Decenal de Energia

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Programa Nacional de Desestatização

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

SINPROTEC – Sindicato dos Servidores Públicos da Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso

SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SIN – Sistema Interligado Nacional

UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso

UHE – Usinas Hidrelétricas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL.	13
1.1 Os diferentes modelos de gestão do setor elétrico brasileiro	13
1.2 A reestruturação do setor elétrico e o novo ciclo de privatização	17
1.3 – A recente organização do setor elétrico e as mudanças nos custos para o consumo e os trabalhadores	22
2 O POTENCIAL DA AMAZÔNIA PARA OS MEGA INVESTIMENTOS	29
2.2 A sub-bacia do Rio Teles Pires.....	35
2.3 O caso da UHE SINOP	41
3 QUEM DEFENDE OS INTERESSES DOS MORADORES ATINGIDOS PELA UHE SINOP?	44
3.1 O Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)	44
3.2 O Processo de Licenciamento	51
3.3 Os moradores sob impacto da UHE Sinop	53
3.4 Com a palavra os moradores.....	62
CONCLUSÃO	66
BIBLIOGRAFIA	68

INTRODUÇÃO

A energia elétrica torna-se central para o desenvolvimento das forças produtivas reduzindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o trabalho excedente, e dessa forma contribuindo para gerar maior margem de lucro. Sua demanda cresce concomitante ao amadurecimento do modelo capitalista, baseado na produção e consumo de mercadorias através da exploração da força de trabalho e o uso intensivo dos meios de produção, a eletricidade tornou-se um fator fundamental de potencia produtiva.

Por ser elementar para aumentar a produtividade do trabalho o capital busca se apropriar da produção de energia, utilizando-se das fontes de menor custo, não se importando com os impactos que podem ser gerados pelo modelo adotado e sem planejar uma política que busque reparar os impactos e critérios para a sua produção.

É por esses elementos, da produção de energia elétrica no atual estágio de desenvolvimento da sociabilidade capitalista, que se torna relevante a discussão da forma como se produz energia no Brasil e os impactos que gera nas populações direta e indiretamente atingidas, assim como no futuro da Nação e do planeta.

O estudo do tema se faz necessário diante da forma de ocupação que o capital vem implementando na Amazônia brasileira, planejando uma imensidão de barragens nos rios amazônicos, berço de tamanha biodiversidade e imprescindível para reprodução dos povos que da e na floresta vivem.

Conhecer a realidade em que vivemos é indispensável para quem pretende atuar sobre ela na perspectiva de transforma-la. A compreensão da totalidade das relações que permeiam a temática do modelo energético e os impactos na UHE Sinop proporciona uma clareza para melhor podermos apontar alternativas e saídas, que já se vislumbram como estratégia a luta organizada dos atingidos pela barragem.

Para a abordagem do tema foi realizado uma pesquisa bibliográfica do tema juntamente com professores, companheiros e companheiras do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), utilizando-se também de informações encontradas nas cartilhas e no site do movimento. Estudaram-se documentos elaborados pelas empresas e agencias que regulam a indústria de eletricidade. Ao relatar o complexo Teles Pires e seus conflitos, foi utilizado muito do que o MAB tem acumulado na região, em cinco anos muitos foram os debates e ações promovidas com atingidos, populações locais, empresas e representantes do Estado na região. Houve uma aproximação direta com os assentados e assentadas para realização de

entrevistas com perguntas semi-estruturadas buscando apreender o que pensam sobre a UHE Sinop e como esta o andamento da solução das demandas realizadas pelos moradores e produtores locais em cumprimento aos seus direitos de permanência no local.

A partir da apreensão dos conteúdos buscamos apresentar a forma como esta organizada a indústria de eletricidade no Brasil e suas contradições. Apreendendo o contexto histórico, as mudanças ocorridas no setor após o processo de reestruturação produtiva, de desmonte das empresas estatais, a criação das agências de mercado e de Estado para regulação do setor, o processo de privatização que leva ao aumento das tarifas e aumento da exploração sobre o trabalho.

A Amazônia configura-se como um local estratégico para o capital, como fonte de grandes riquezas naturais como sua biodiversidade, florestas, terra, água e minérios.

Analisando a atual demanda de energia, Amazônia configura-se como um território estratégico por seu potencial hídrico e de recursos naturais a ser explorado. É na Amazônia que encontramos o maior potencial hídrico do país onde exploramos apenas 7%. Iremos abordar as problemáticas ocasionadas pelas barragens na formação dos grandes lagos, forçando assim o deslocamento das populações e a devastação de grandes áreas de florestas sobre a omissão e o descaso do Estado brasileiro que não institui um marco legal que defina e garanta os direitos ambientais e sociais mitigando, reparando e compensando as perdas.

É neste contexto de avanço do hidronegócio sobre a Amazônia brasileira que vamos inserir a discussão das hidrelétricas planejadas e já em construção na sub-bacia do rio Teles Pires, onde estão pensadas cinco grandes barragens, duas já construídas e duas em construção. Assinalando também como as empresas reproduzem o descaço no tratamento das populações atingidas por barragens no Brasil, não reconhecendo os direitos humanos fundamentais.

Como forma de resistências às políticas do setor elétrico, os atingidos encontram na organização coletiva o meio para enfrentar a lógica do capital, de desconsiderar as populações atingidas e de promover crimes ambientais. O MAB se consolida como um movimento nacional no início da década de 1990, estabelecendo-se como um interlocutor que organiza, defende e representa os atingidos. Pautando junto ao Estado a implantação de uma Política Nacional para os Atingidos por Barragens e ampliando a discussão para a construção de um Projeto Energético Popular.

Ao abordar as problemáticas que vivem os atingidos da UHE Sinop estaremos expondo as principais questões que estão sendo tratadas pelo MAB na região. Expondo quais as reivindicações dos diversos grupos e como a empresa vem respondendo as suas pautas.

1 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL.

1.1 Os diferentes modelos de gestão do setor elétrico brasileiro

Segundo Foschiera (p. 88, 2009), ao estudar a história do setor elétrico no Brasil podemos dividi-lo em quatro fases, e uma quinta que esta em construção. São elas: A formação do setor elétrico no Brasil - (1880 a 1930); O debate sobre a nacionalização da energia (1930 a 1945); A Industrialização por Substituição de Importações (1945 a 1962); O modelo estatal (1962 aos anos 1990).

Os primeiros empreendimentos hidrelétricos que se tem notícia no Brasil aconteceram na década de 1880. São empreendimentos privados para atender a demanda de um incipiente processo de industrialização. Segundo Foschiera (p. 89, 2009), “A produção de energia no Brasil surge concomitantemente ao período de transição de uma economia primária exportadora para uma economia industrial.”

De 1880 a 1930 são as primeiras décadas marcadas pelo domínio sobre a geração e a distribuição de energia em território brasileiro por empresas americanas e europeias, no caso a Light e a AMFORP. É um período em que o setor se expande apenas buscando atender a iluminação e o transporte público e pequenas indústrias já instaladas no Brasil. E de um modo não coordenado pelo Estado.

A indústria de eletricidade no início de séc. XX estava organizada nos grandes centros urbanos sobre o monopólio de grandes empresas estrangeiras e no interior por pequenas empresas ou de iniciativas do poder municipal.

É a partir da década de 1930 que há um investimento e uma discussão maior dentro do Estado brasileiro de planejamento e investimento do setor elétrico, tanto na geração como na distribuição de energia. O Estado, a partir dos anos de 1950, inicia sua participação de construção de hidrelétricas, e vai assumindo cada vez mais espaço na indústria de eletricidade, culminado com o predomínio das empresas estatais no setor durante os anos de 1962 a 1990, onde buscou centralizar as decisões acerca da política energética no governo federal.

A partir dos anos de 1960 o Estado brasileiro assume para si a responsabilidade de setores da economia como infraestrutura estradas, portos, pesquisa e energia, diminuindo assim o ônus para o capital, socializando os custos. Um Estado interventor que assume setores importantes da economia, mas, que não garante o lucro imediato ao capital e requer investimentos gigantescos.

...sua intervenção na economia, direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, visa preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalista, mas implica ainda uma intervenção direta e contínua na dinâmica desde o seu próprio interior (NETTO; BRAZ, 2010, p. 203).

Para o setor elétrico não foi diferente, a indústria elétrica que estava organizada apenas nos grandes centros urbanos e sobre o monopólio de grandes empresas estrangeiras vinham realizando um serviço que não estava atendendo a necessidade do crescente processo de industrialização e urbanização que estava se estabelecendo desde a década de 1950 no país.

O Estado buscou consolidar uma política centralizada no governo federal, com a criação da Eletrobrás (1962), esta era responsável por organizar, planejar e executar as obras na construção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

No período estatal sobre a organização da Eletrobrás, enquanto uma empresa holding das estatais federais, elevou a capacidade hidrelétrica no país em 10,8 vezes (5.524 MW para 59.728 MW). Neste período foram construídas grandes barragens para atender a demanda de energia. E principalmente para atender a demanda da grande indústria mundial de equipamentos. Estas foram às empresas que mais lucraram neste período. (GONÇALVES JUNIOR, 2007)

Mas ainda se consolidou um sistema elétrico como um dos mais eficientes do mundo. O Sistema Interligado Nacional (SIN) - iniciando sua construção no período estatal - ao interligar as usinas no sistema de transmissão nacional agem como se transferissem água de uma região a outra. Transferindo energia de regiões onde estão nas cheias para regiões que seus reservatórios estão secos.

Ao Estado cabia o papel de administrar e executar os interesses da grande indústria. Buscando o financiamento a juros elevadíssimos, para as obras, provocando o aumento da dívida externa do país em benefício de um conjunto de grandes empresas de equipamentos, empreiteiras e empresas de consultorias. “E, do lado do consumo, a indústria em geral se beneficiava com tarifas de energia elétrica com preços menores que o preço de produção social médio, principalmente, o setor industrial eletrointensivo.” (Gonçalves, 2007, p. 265).

E ainda segundo Gonçalves Junior buscava-se o privilegiamento do grande capital na construção, na captura de financiamento e utilização das estruturas organizacionais de poder das empresas como instancias de “barganha política” em detrimento da “eficiência” do setor (2007, p. 278).

Porém, um conjunto de elementos aliados à crise estrutural que o capital internacional estava passando - que já vinha dando sinais desde a década de 1970 - com a intenção de promover uma maior competição entre os capitais para assim promover uma “melhora” na

prestação do serviço, leva a crise do modelo estatal. A Eletrobrás em finais dos anos de 1980 estava em um processo de profundo endividamento pelos financiamentos contraídos a juros elevadíssimos para a construção dos grandes projetos hidrelétricos, mesmo que não houvesse demanda suficiente para toda a produção, o que fez que grande parte dessas obras ficassem ociosas como o caso de Itaipu, (Binacional: Brasil - Paraguai) no estado do Paraná, e Tucuruí no Pará; levando ao desprestígio da estatal, acusando seus gestores de ineficientes, e preparando o campo, assim, para a privatização de grande parte da indústria elétrica.

As crises são inerentes ao modo de produção capitalista, colocando em evidência que esse modelo é contraditório e que em sua própria dinâmica de reprodução leva as crises.

A crise é assim a expressão do caráter particularmente contraditório assumido pela acumulação do capital. Contraditório por que os interesses do capitalista entram em frequente oposição, mais ou menos aguda, com seus interesses enquanto integrante da classe capitalista. Vejamos um exemplo: se o capitalista A vê cair a sua taxa de lucro, ele pode inicialmente dispensar trabalhadores e aumentar a intensidade do trabalho, esperando assim diminuir os custos e reencontrar suas margens de ganho. Mas se muitos capitalistas fizerem o mesmo - e o capitalista A não pode impedi-los de fazê-lo -, a meta buscada não é alcançada. Longe de se restabelecer, a taxa de lucro cai e a crise se generaliza. O capitalista A obtém o inverso do que busca, precisamente porque não domina as leis do mercado e essas se voltam contra ele. A criação do desemprego, resultantes de sua ação e daquela de seus imitadores, não permite - embora diminua provisoriamente os seus custos - que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor. A mais valia não se realiza ou não se realiza integralmente. O crescimento do desemprego significa menos dispêndio de salários e, portanto, menos possibilidades de escoar as mercadorias. A forma dinheiro é insuficiente em relação à forma mercadoria, impedindo que essa seja ecoada pelo seu valor (SALAMA E VALIER, 1975: 115 *apud* NETTO E BRAZ, 2010, p. 159).

A crise do modelo estatal não pode ser vista apenas como uma crise da indústria, mas uma crise do capital. A organização social capitalista fordista-keynesiana¹ entra em crise, e deve ser substituída por uma nova estratégia hegemônica, que anule as conquistas trabalhistas e que permita a superexploração do trabalho; altere as condições do contexto anterior, criando, no pós-1970, um novo “regime de acumulação” que Harvey denomina de flexível: a ofensiva neoliberal, (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011) onde o pacto com as demandas dos trabalhadores se rompe.

¹ Modelo de desenvolvimento e organização da economia capitalista para superação da crise de “subconsumo” enfrentada no início do século XX, que teve seu ápice no ano de 1929 e se alastrou no período entre guerras. Como saída buscou-se concretizar um Estado de bem-estar social. O Estado assume setores estratégicos da economia, consolidando uma forte intervenção na economia e na área social. Predominou em grande parte dos países Europeus e América do Norte, após a segunda guerra mundial até os anos de 1970.

O projeto neoliberal se sustenta, na: a) ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; b) a reestruturação produtiva; e c) a (contra) reforma do estado. (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011)

Nesse período vê-se um enfraquecimento das lutas contra o capital, o projeto socialista da União Soviética e de varias experiências latino-americanas entra em crise. O capital cria uma ideia de que o único modo de organização possível é o sistema capitalista, o que ira facilitar as várias reformas proposta pelo capital.

Diante da crise o capital vai tomar varias medidas para a sua saída, que ira acirrar a exploração da força de trabalho, ampliando as formas de acumulação investindo no sistema financeiro (processo de financeirização). Redução drástica nos gastos públicos com educação, saúde, habitação e infraestrutura foram impostas pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para os governos. Uma serie de medidas que mergulham ainda mais as populações, principalmente dos países do sul, na pobreza, foram tomadas em nome de um desenvolvimento dos grandes monopólios e do capital financeiro.

Com a crise internacional econômica e energética dos anos de 1970 o Brasil aumentou seus investimentos em hidroelétricas e termoeletricas. O que provocou um aumento da dívida externa brasileira para cobrir tais investimentos. O setor que mais se beneficiava eram as empresas que dominavam a venda de equipamentos para a construção, como turbinas.

Segundo Gonçalves Junior (2007), mesmo durante a crise, o setor financeiro se beneficiava com os altos juros cobrados, ao passo que as empresas de consultoria e engenharia e a grande indústria de máquinas e equipamentos mantinham suas atividades e a indústria em geral se beneficiava pelo baixo preço cobrado pela energia consumida, principalmente o do setor industrial eletrointensivo. (FOSCHIERA, 2009, p. 108)

Muitos dos empréstimos realizados eram condicionados, o Estado era obrigado a comprar equipamentos e máquinas das empresas já determinadas pelos financiadores. A Eletrobrás foi utilizada como meio para a captura de recursos para a política de estabilização.

Os problemas do modelo tradicional ocorreram ao final da década de 1970 e ao longo de toda a de 80. O governo utilizou as estatais como instrumento de captação de financiamentos externos a juros flexíveis e a prazos cada vez mais curtos, e ao mesmo tempo, o controle de preços e tarifas como instrumento de combate à inflação. O resultado do descaso governamental quanto ao setor elétrico foi a redução da rentabilidade, e conseqüentemente, dos recursos próprios para investimentos e aumento do endividamento a custos exorbitantes. Desta forma, o setor elétrico, que operava com 2/3 de capital próprio e 1/3 de capital de terceiros, em 1974, passou a operar com 1/3 de capital próprio e 2/3 de capital de terceiros em 1980. Assim a falta de uma regulamentação setorial eficiente e os problemas de

funding trouxeram a necessidade de uma reforma estrutural do setor elétrico. (TOLMASQUIM TIOMMO, 2007, p. 279 apud GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 279)

A indústria de produção de energia elétrica se configura como um setor estratégico para o domínio das grandes empresas. No período de recessão econômica, como na década de 1980, quando o Produto Interno Bruto (PIB) em 1991 chegou aos -4,4, e os investimentos no setor elétrico apenas cresciam - em 1980 de 13,4 Bilhões de US\$, em 1982 de 15,2 bilhões de US\$ e em 1988 de 15,4 bilhões de US\$.

Na busca para a manutenção e retomada de sua taxa de lucro, os capitalistas avançam sobre os recursos naturais, para a sua exploração e utilização como matéria prima ou objeto de trabalho de baixo custo e alta rentabilidade .

1.2 A reestruturação do setor elétrico e o novo ciclo de privatização

Nos anos de 1990 se inicia no Brasil um processo de contra-reforma do Estado que já vinha sendo implementado em vários países como Chile e Inglaterra (países pioneiros neste processo). Segundo Behring e Boschetti (2011):

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país a mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução dos custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas internas e externa. (2011, p. 152)

A reforma do estado tratou de retirar do Estado suas funções produtivas, privatizando setores da economia estratégicos para o setor privado, como infraestrutura, energia, transporte, comunicação e o setor elétrico, ocorrendo uma verdadeira transferência do patrimônio público para a iniciativa privada. A reestruturação promovida nestes setores da economia esta delineada no chamado Projeto RE-SEB – Reestruturação do Setor Elétrico – coordenado pela Secretaria de Energia. São propostas para o setor elétrico, parte delas advinda da Secretaria Nacional de Energia, seguindo prescrições do Banco Mundial e cujo objetivo é por fim ao modelo estatal.

O primeiro passo dado para a reforma do Estado foi à promulgação da Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) seu objetivo fundamental era:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa. (BRASIL, 1990).

Para consolidação de um novo modelo energético brasileiro, uma série de decretos, leis, portarias e instituições são criadas pelo Estado brasileiro no intuito de organizar o setor para maior domínio do capital sobre essa fonte de lucro.

Para Gonçalves Junior (2007) a promulgação das leis 8.987 de 1995 e 9.074/1995 levou em frente o projeto de reforma da indústria elétrica brasileira.

O Projeto implantado foi um, o do Banco Mundial, apesar de haver muitas propostas, segundo Foschiera:

o projeto implementado foi apenas um - o apresentado ou imposto pelo Banco Mundial -, que transferia as atribuições de operação e expansão do sistema ao setor privado, atribuindo ao Estado os papéis de agente fiscalizador, regulador e de planejamento indicativo. Dessa forma, tem-se a transmutação do Estado Empreendedor para o Estado Regulador. (GONÇALVES JUNIOR, 2002 apud FOSCHIERA 2007, p. 118)

Claramente o receituário do Banco Mundial a ser seguido dizia:

“No setor energético, a maior possibilidade de concorrência encontra-se na geração e na distribuição (...) atividades que podem ser desmembradas dos serviços de energia já existentes verticalmente integrados, e operar sob concessão. Para haver concorrência os produtores privados de energia precisam ter acesso a rede nacional a ser coordenado pelo administrador do sistema. ... a transmissão nacional de energia manterá aspectos de monopólio natural e terá que ser regulamentada quando for privatizada. A mudança institucional se faz necessária, a fim de incentivar os prestadores de serviços a fixarem tarifas econômicas, indispensáveis ao autofinanciamento do investimento, á conservação da energia e ao uso mais eficiente da capacidade instalada.” (DORIVAL, 2007, p. 285)

A reestruturação do setor elétrico é chamada de “Novo Modelo” seguindo o receituário neoliberal de privatização de grande parte das empresas, que até então estavam sobre o controle do Estado.

Propunham medidas, tais como:

1) o fim da centralização da Eletrobrás; 2) a participação de capitais privados na geração, transmissão e distribuição de energia; 3) a privatização das empresas elétricas estatais ou da parte dela que for de interesse para a iniciativa privada, sob o ponto de vista da lucratividade; 4) o aumento da participação dos atores sociais envolvidos no processo de produção e consumo de energia elétrica. (FOSCHIEIRA, 2009, p. 110 apud PEITER, 1994, p.176).

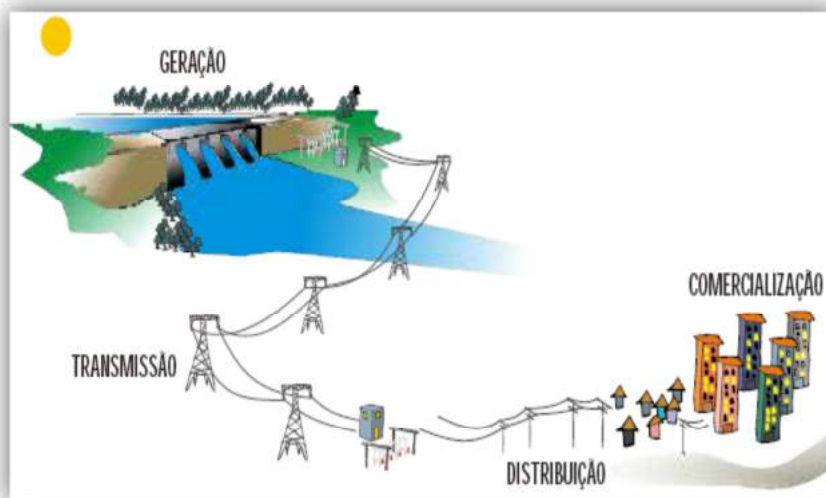
A indústria de eletricidade seguia o modelo vertical, onde uma única empresa produzia, transportava e distribuía eletricidade. O novo modelo vai fragmentar a indústria para assim promover a competição no setor da geração, com o dizer de que promovendo a competição entre os produtores/capitais, estes são forçados a buscar melhorias tecnológicas assim oferecendo um melhor produto aos consumidores.

Desverticalizar a indústria de eletricidade em unidades de produção, privatizar as unidades de produção; incentivar a competição entre as unidades, e principalmente desregular, para que, em processos de competição, os novos agentes alcancem o máximo benefício a toda a sociedade (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 284)

Segundo Gonçalves Junior é com a lei 9.074 que se institucionalizam as principais regras para a organização da indústria nos princípios do mercado capitalista, além de estabelecer a desverticalização do setor, estabelece prazos para a concessão das empresas de geração, transmissão e distribuição. Para a geração a concessão é feita para 35 anos podendo ser prorrogado por mais 20 anos. (2007)

Com os setores - geração, transmissão e distribuição - separados em vários ramos de negócios é incrementado mais um elemento o da comercialização. Nesse processo são desmonopolizados os setores da geração e comercialização de energia, enquanto a distribuição e a transmissão mantem-se monopolizadas.

Na ilustração a seguir colocamos um exemplo de como estão organizados os ramos da indústria elétrica:

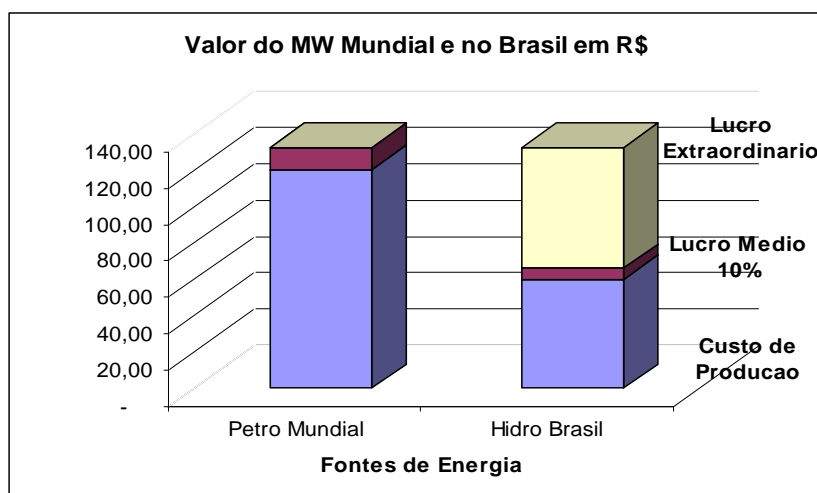


Ramos de negócios da indústria de eletricidade após a reforma. Fonte: Gonçalves Junior, apresentações em sala de aula 29/05/2014.

Dentre as mudanças ocorridas no setor foi o fim da equalização das tarifas - uma política adotada pelos militares em 1974 durante o predomínio das estatais no setor elétrico – que se manteve até 1993 durante o governo neoliberal de Itamar Franco. Os preços da energia elétrica que até então eram medidos conforme o custo da produção hídrica, a partir de 1993 seu preço passa a ser medido conforme o preço da energia mais cara que é a das termoelétricas.

Para Gonçalves Junior (2007) a eletricidade como qualquer outra mercadoria tem um preço médio geral. O preço a ser vendido de cada fonte não é determinado segundo seu custo individual, o preço da eletricidade é determinado pela geração térmica a partir de combustíveis fósseis. Sendo que este tem um dos custos de produção mais elevado e ainda sua eficiência e produtividade é inferior a aquela produzida pela fonte hídrica.

O que garante um lucro suplementar para produção de eletricidade é o preço social médio em que é vendida a mercadoria. O conjunto de mudanças oriundas do chamado ‘Novo Modelo’ possibilita as empresas que monopolizam o setor a lucros extraordinários. A seguir colocamos um gráfico onde podemos analisar como as empresas da indústria de eletricidade alcançam lucros extraordinários ao vender a energia de matriz hidráulica, (a de menos custo) ao preço da mais cara, isto é da térmica.



Fonte: Gonçalves Junior, apresentações em sala de aula 29/05/2014

A Lei 9.074, de 1995, cria a figura de produtor independente de energia. Onde o Estado permite aos grandes consumidores a produzirem sua própria energia. O que significa a utilização de um bem público, nossos rios, para servir a uma empresa privada. Assegurando o livre acesso às redes de transmissão e distribuição.

O Decreto 2003, de 1996, regulamentará a produção de energia elétrica para produtor independente e também de autoprodutor, sendo o último definido como a pessoa física ou jurídica, ou empresas reunidas em consórcio, que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo. A Lei nº 9.427, de 1996, concede, aos autoprodutores, a possibilidade de comercialização eventual e temporária de seus excedentes de energia elétrica (FOSCHIERA, 2009, p. 115).

Na atualidade são cerca de 665 grandes empresas que consomem 30% da energia gerada. Muitos são autoprodutores e/ou compram energia abaixo do custo diretamente das geradoras ou comercializadoras. (MAB, 2011)

Varias são as instituições e ambientes criados para a consolidação do projeto neoliberal de retirada do setor do controle do Estado.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), foi criada em 1996, a partir da Lei Nº 9.427/1996, seu papel é regular e fiscalizar o mercado de energia. A Aneel é a instituição de Estado que realiza as concessões para a construção de barragem através do que chamamos leilão, ganha a empresa ou consórcio de empresas que derem o menor lance pela venda da energia gerada. Esta agência é criada com autonomia de governo, transparecendo ser uma instituição do Estado neutra, puramente técnica, sem interferência das tendências políticas dos governos.

Para administrar o mercado de energia é criado o Mercado Atacadista de Energia (MAE) concretizando um ambiente de compra e venda. Pela mesma lei criou-se o Operador Nacional do Sistema (ONS) cujo objetivo é coordenar e supervisionar a operação do sistema, com a ressalva de que se trata de um ente de direito privado. Desta forma, são as instituições criadas que vão gerenciar o setor buscando garantir, na lógica do mercado capitalista, o aumento incessante por lucros.

Após a eleição de Lula, no ano de 2004, algumas mudanças são feitas. Mas segundo Gonçalves Junior (op. cit.) “Não existe mudanças em relação ao conteúdo/forma no denominado ‘Novo Modelo’ do setor elétrico brasileiro – agora em relação à organização que havia no governo FHC – que o governo Lula institucionalizou” (idem. 2007, p. 95).

1.3 – A recente organização do setor elétrico e as mudanças nos custos para o consumo e os trabalhadores

No Governo de Luiz Inácio da Silva (2003 – 2011), são discutidas medidas para a retomada dos investimentos no setor, após a crise energética gerada no sistema apagões e medidas de racionamento ocorridas em 2000 e 2001. A crise ocorre a partir da própria lógica de organização do setor assumida no processo de privatização como obras atrasadas, falta de investimentos no setor de geração e transmissão e as condições hidrológicas. Os reservatórios das usinas foram utilizados ao máximo durante os anos 90 combinando com a falta de chuvas nas regiões sudeste e nordeste provocou a crise energética.

As mudanças são aprovadas em março de 2004 com a promulgação das Leis 10.847 e 10.848, regulamentadas por cinco decretos publicados entre maio e agosto do mesmo ano.

O novo modelo procura reduzir os riscos aos investidores privados, um exemplo é a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa que visa realizar estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental para os empreendimentos elaborando os documentos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)². Esses estudos são preliminares à construção de qualquer empreendimento, a partir deles as empresas tem um conhecimento básico dos custos e viabilidade de um projeto, até então eram realizados por empresas privadas de consultorias e estudos.

² EIA e o RIMA: são conquistas dos movimentos sociais e organizações ambientais que, através da pressão da luta e organização popular, exigiram que estudos sobre os impactos ambientais fossem realizados antes da construção de qualquer obra. No contexto de surgimento de organizações dos atingidos pelas barragens no Brasil e no mundo, o Banco Mundial a partir dos anos 80, para a concessão de financiamento para as obras, passou a exigir que relatórios fossem feitos, visualizando os grandes impactos causados por obras como Tucuruí, no Pará.

A ANEEL deixa de ser a instituição exclusiva do Estado que atua nesse setor, e a EPE e o MME passam a ter uma função na organização e definição da expansão do setor energético brasileiro, quebrando a autonomia que tinha sido dada para iniciativa privada (FOSCHIERA, 2009, p. 119).

O MAE é substituído pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pessoa jurídica de direito privado, responsável por toda compra e venda de energia.



Fonte: Gonçalves Junior, apresentações em sala de aula 29/05/2014

A partir de 2004 são organizados dois ambientes para a venda de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de contratação Livre (ACL).

No ACR as empresas geradoras em regime de competição ofertam energia às distribuidoras, onde essas são obrigadas a comprar 100% de sua demanda ao menor preço ofertado. As distribuidoras atendem os consumidores cativos, ou seja, os pequenos consumidores como os residenciais. Neste ambiente os preços são regulados pelo órgão regulador, neste caso, a ANEEL.

No ACL a energia é negociada entre geradoras, produtores independentes, comercializadoras e grandes consumidores, os preços são livremente negociados (GONÇALVES, 2007). As geradoras agora podem vender no mercado livre aos grandes consumidores de energia, chamados eletrointensivos.

A Eletrobrás e suas subsidiárias Furnas, Chesf, Eletrosul, Eletronorte e Companhia de Geração Térmica de Energia (CGTEE) foram retiradas do PND.

A Eletrosul é autorizada a voltar ao mercado de geração (A Eletrosul é retirada do mercado de geração no PND), porém as empresas federais foram impedidas de participar como sócias majoritárias nos novos empreendimentos de geração e transmissão.

A força motriz do modo de produção capitalista é a extração de mais-valia, o que podemos denominar como lucro. E esta só é extraída a partir do processo de transformação que o trabalhador realiza sobre os objetos e meios de trabalho, o capitalista com uma parte do que foi produzido, paga seu salário e o custo que teve com os meios de produção e se apropria do excedente criado – exploração do trabalho.

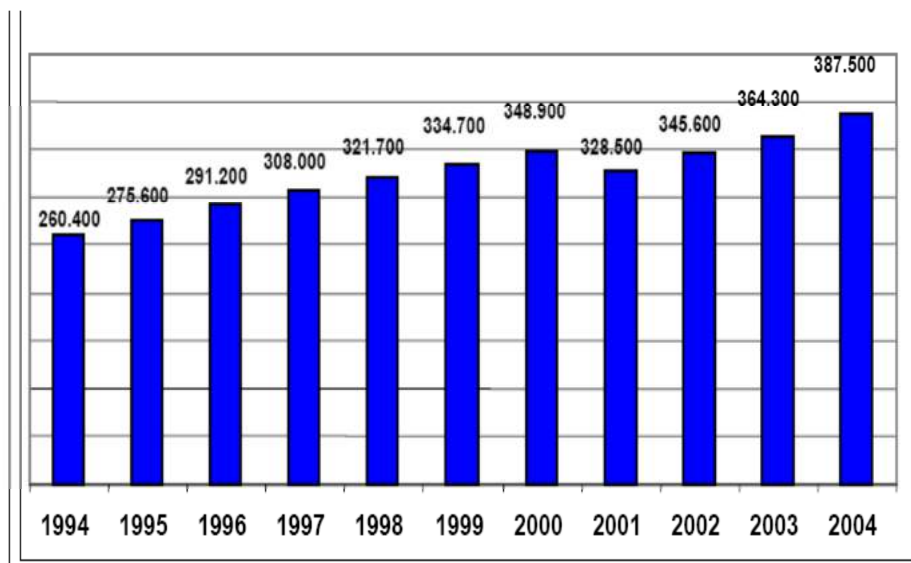
As taxas de lucros precisam sempre estar em uma linha ascendente para a manutenção da sociabilidade capitalista, do contrario o sistema entra em crise. E um dos meios para a superação das crises é o aumento da taxa de exploração sobre o trabalho.

A reforma do Estado atingiu diretamente as condições do mundo do trabalho, o governo propõe uma intensa flexibilização da legislação trabalhista de maneira que favorece a desregulamentação. Promovendo também privatizações, terceirizações, demissões e aumento da produtividade, recaindo, assim, a conta da crise estrutural sobre os trabalhadores.

Apos o processo de privatização as condições de reprodução dos trabalhadores pioram. Aperfeiçoando as formas de exploração houve diminuição no numero de trabalhadores diretos, ao mesmo tempo em que ocorreu uma maior alta da produtividade do trabalhador, o que significa que houve um aumento da exploração. É ainda elevando o numero de trabalhadores terceirizados como elemento para o aumento do lucro para as empresas.

Gonçalves Junior (op. cit.) nos mostra que a indústria em 1994 empregava 188.208 trabalhadores e, em 2004 apenas 106.409 reduzindo em 11 anos 88.799 postos de trabalho. Podemos verificar o aumento da exploração para os trabalhadores da indústria quando verificamos que neste mesmo período houve um aumento substancial da energia produzida (2007).

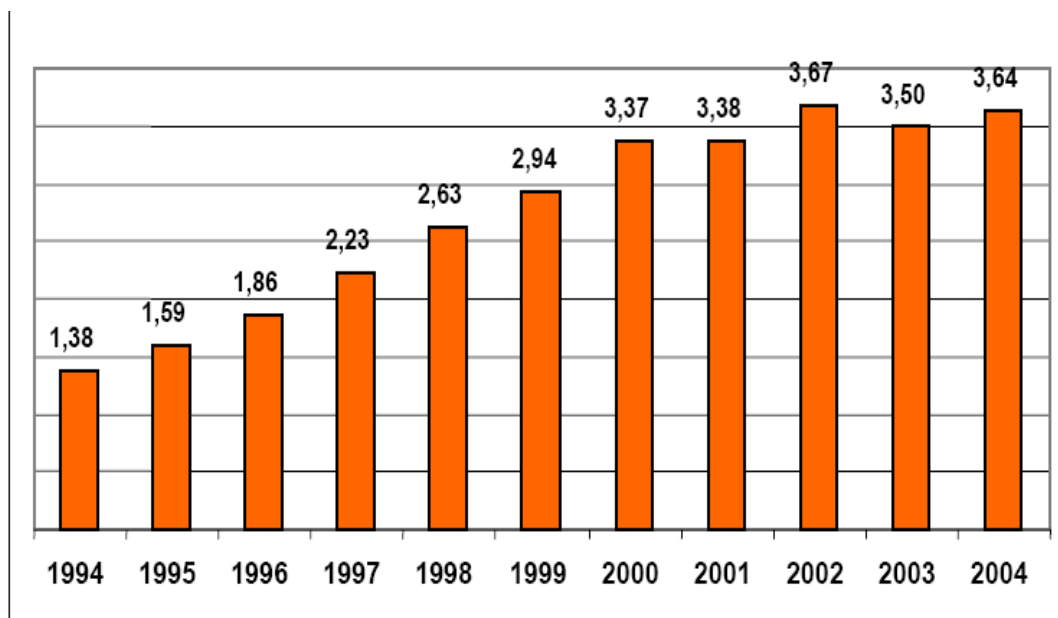
Energia produzida no Brasil por ano de 1994 a 2004 (GWh/ano)



Fonte: Gráfico montado a partir de dados dos Balanços Energéticos publicados pelo Ministério da Energia. www.mme.gov.br

Fonte: Gonçalves Junior, 2007

Produtividade: Energia gerada/trabalhador (GWh/tra.)



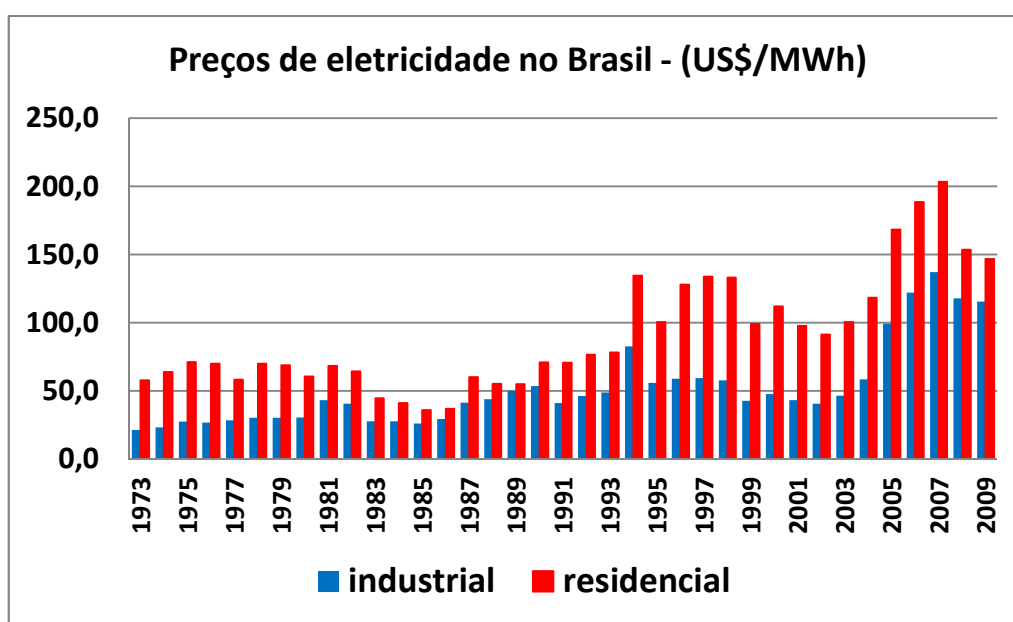
Fonte: Gonçalves Junior, 2007

Podemos analisar que mesmo havendo uma diminuição no número de trabalhadores empregados no setor houve um aumento da energia gerada. Segundo Gonçalves Junior (2007) no período avaliado de 1994 a 2004 não houve na indústria incremento de tecnologias mais

produtivas para que cada trabalhador produzisse mais unidades de valor, o que podemos constatar que houve um aumento da intensidade do trabalho elevando assim a taxa de exploração para incremento da taxa de lucro.

Com o processo de privatização em boa parte das geradoras e distribuidoras, totalizando 25 empresas do setor, buscou-se criar no imaginário da população que as tarifas iriam baixar, o que não ocorreu. Ao contrario do esperado para os consumidores as tarifas aumentaram.

Como podemos ver na tabela abaixo:



Fonte: Gonçalves Junior, 2007

As distribuidoras não privatizadas foram as menos atrativas para o capital como as distribuidoras do norte do país.

Boa parte das empresas foi transferida para o capital internacional em sua grande maioria capital estadunidense e europeu. As empresas que controlam o setor hoje são corporações mundiais como a Suez Tractebel, AES, Duke, EDP, Iberdrola, Endesa (Enel), CPFL (Camargo Correa); Odebrecht, Queiroz Galvão, Votorantim, Vale, Alcoa, Billiton, ISA, Energisa, JP Morgan, HSBC, BTG Pactual, etc, são empresas ligadas ao capital internacional especulativo. E ainda, nas estatais o capital privado detém: 40% da Eletrobrás; 78% da CEMIG; 65% da Cesp, 79% da Copel, 80% da Celesc.³

³ Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/Atual-modelo-energ-tico-brasileiro> Acesso em 05/09/2015

Com a reestruturação que passou o setor elétrico nos anos de 1990 o preço da energia elétrica brasileira, que até então era medido conforme o custo da produção hídrica passou a ser medido conforme o preço da energia mais cara as termoelétricas⁴.

Essa energia que tem um baixo custo para sua produção e uma alta produtividade é vendida a um alto preço para os consumidores cativos e a um baixo preço para os grandes consumidores.

Segundo Gonçalves Junior (op. cit.), o preço da eletricidade residencial aumentou mais de 180% entre 1995 a 2002, enquanto que no mesmo período o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que calcula a inflação, subiu 58% no mesmo período.

Na indústria tem um grupo específico chamado de eletrointensivas, segundo FOSCHIERA (2009) assim são chamadas por consumirem grande quantidade de energia. São empresas ligadas ao setor da mineração, refinarias, destilação, siderurgias (aço bruto, metais não ferrosos, alumínio, cromo, zinco metálico etc.), ferroligas (ferrocromo, ferromangânês, etc), não-metálicos (cimento, vidro), papel e celulose, borracha, soda-cloro, têxtil e química.

A demanda do setor eletro intensivo demandava em 1970 o equivalente a uma hidrelétrica de pouco mais de 1000 MW e nos anos 2000 chega a demandar uma hidrelétrica com 11.200 MW, chegando à quantidade de produção de energia de Itaipu com 12.600 MW instalado (GONÇALVES JUNIOR, 2007).

No debate para quem é produzida a energia no Brasil podemos analisar os dados sobre como vem crescendo a demanda de energia do setor eletrointensivo no Brasil. A partir da crise energética dos anos de 1970 houve uma corrida para a instalação dessas empresas em países abundantes em matéria prima, como os recursos naturais, e baratos, para assim aumentarem seus lucros.

Podemos ver no gráfico acima como a mercadoria eletricidade aumentou muito o seu preço para os consumidores residenciais, mas para a indústria eletrointensiva não aconteceu o mesmo.

A partir dos anos de 1990, com a reestruturação do setor elétrico brasileiro, as indústrias eletrointensivas mudaram sua estratégia de ação em busca de energia elétrica a preços baixos, deixando de se apossar do Estado para se apoderar das fontes de energia. Muitos deles se tornaram autoprodutores de energia. (FOSCHIERA, 2009, p. 127)

⁴ A energia hidráulica é a fonte que tem o maior nível de aproveitamento 92%, enquanto que outras fontes sua eficiência em média chega a 30% no máximo 50%. O que faz com que a energia hídrica seja tão disputada, pois possibilita altas taxas de lucros.

O capital se organiza para a apropriação das riquezas naturais, comprando grandes quantidades de energia elétrica diretamente das geradoras, das comercializadoras ou tornando-se autoprodutores de energia.

As mudanças realizadas nos chamados ‘novos modelos’ apenas aprimoraram as formas de expropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores do setor. Além de legitimar os altos preços da energia cobrada aos consumidores brasileiros.

Os custos para as empresas do setor, que lucram bilhões por ano, recaem sobre os trabalhadores do setor e as populações atingidas⁵.

As mudanças técnica e institucional ocorridas nas décadas de 1990 e 2000, nos governos Itamar, Collor, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, buscaram melhor organizar o setor para a manutenção das taxas de lucros para o capital. O que vemos é apropriação de um bem público: as empresas federais e estaduais transferidas e nossos rios para o setor privado sem nenhuma forma de diálogo e debate com a população brasileira, consumidores e atingidos pelas obras.

O povo brasileiro apenas paga a conta. Hoje pagamos uma das mais altas taxas de energia do mundo, a terceira maior. Pagamos mais que países como a França, onde sua matriz de produção de eletricidade é 73% nuclear uma das mais caras.

⁵ Caso exemplar foi o ano de 2007, ano em que esse setor alcançou suas maiores taxas de lucro, perdendo apenas para os bancos. As 17 maiores companhias de energia elétrica tiveram uma receita líquida de R\$ 64 bilhões, sendo que R\$ 12 bilhões foi o lucro limpo.

2 O POTENCIAL DA AMAZÔNIA PARA OS MEGA INVESTIMENTOS

O Brasil se insere no atual contexto da economia capitalista como grande exportador de recursos naturais. O campo é o foco pelas disputas dos recursos naturais estratégicos como energia, terra, água, minérios e a biodiversidade.

...empresas instalam-se no Brasil e nos demais países da América Latina em busca, principalmente, de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas com fins de exportação (diga-se saqueio) para acumulação privada no contexto internacional. Ou seja, o papel atribuído pelo capital internacional na re-divisão internacional da produção e do trabalho para América Latina é de meros exportadores de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas (TROCATE, 2014, p. 33).

Na estratégia das grandes corporações de capital nacional e internacional está a floresta amazônica como uma região de disputa. A região amazônica é um território rico em recursos naturais como biodiversidade, florestas, água, minérios como ferro, ouro, cassiterita e alumínio. O país possui o terceiro maior potencial hidráulico do mundo para a produção de energia, aproximadamente 260.000 MW, mas ainda exploramos apenas 34% desse potencial, na Amazônia é que encontramos o maior potencial brasileiro (106.000 MW) e exploramos somente 7%. Temos um grande potencial hídrico ainda a aproveitar comparado a países como França e Alemanha que já exploraram a quase totalidade de seus potenciais hídricos.

A região da Amazônia Legal ocupa cerca de 59% do território nacional, concentra quase metade de toda água subterrânea potável do país, 45%. Dado que demonstra a riqueza em recursos naturais que podemos encontrar na Amazônia.

É um território onde os rios são de planície e vivem em suas barrancas povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e camponeses, quilombolas, castanheiros e muitos outros grupos configurando como uma região culturalmente, socialmente e economicamente complexa e sensível. É um território não apenas rico em florestas, mas também em culturas e povos que se misturam e convivem em harmonia com a floresta, pois precisam dela e dos rios para a manutenção de seus meios de vida e da sua cultura. É na Amazônia que encontramos 77% das terras indígenas do Brasil, são 452 territórios onde vivem 306 mil indígenas de 170 etnias; ainda 885 territórios quilombolas; 47 Reservas Extrativistas onde 42 são federais e 5 estaduais e 19 Reservas de Desenvolvimento Sustentável onde 1 é federal e 18 estaduais. São povos que tem uma intensa relação de cuidado com a terra e a natureza. (Inesc, <http://amazonia.inesc.org.br/> Acesso em 24/09/2015)

Muitos dos projetos de hidrelétricas planejados para a Amazônia atingem áreas de reservas ambientais, locais com grande sensibilidade do sistema e alto grau de biodiversidade, com espécies que são endêmicas e raras. Espécies de peixes de interesse econômico tendem a sumir, pois são peixes que necessitam de água corrente, que com o surgimento da água parada dos lagos somem, além de afetar outras espécies da fauna e flora dependentes de ambientes lóticos.

É neste território onde ha um grande potencial de recursos naturais não explorados que na atualidade ha um avanço do capital para o domínio de suas riquezas, mesmo que isso signifique atingir povos e comunidades, violando seus direitos, inclusive o direito à sobrevivência em seu ambiente natural.

Para a Amazônia o governo tem planejado a construção de mais de 100 Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

O Estado Brasileiro tem buscado implantar projetos de hidrelétricas a qualquer custo nos rios amazônicos, não importando suas restrições, e mesmo sendo inviáveis ambiental e socialmente.

A seguir exibimos uma tabela com informações sobre as restrições ambientais (segundo o entendimento da EPE) do potencial a aproveitar das sub-bacias da região amazônica.

Tabela - Bacia do Amazonas
Restrições ambientais ao potencial hidrelétrico a aproveitar por sub-bacia (MW)

Sub-bacia	Sem restrições ambientais	Com restrições ambientais	Total
Tapajós	6.875	17.841	24.626
Xingu	5.681	17.114	22.795
Madeira	13.144	1.556	14.700
Trombetas	1.491	4.745	6.236
Negro	0	4.184	4.184
Jari	318	1.373	1.691
Branco	419	660	1.079
Paru	820	118	938
Oiapoque	0	250	250
Purus	213	213	213
Maecuru	161	161	161
Nhamundá	0	110	110
Uatumã	75	0	75
Total	29.196	47.862	77.058

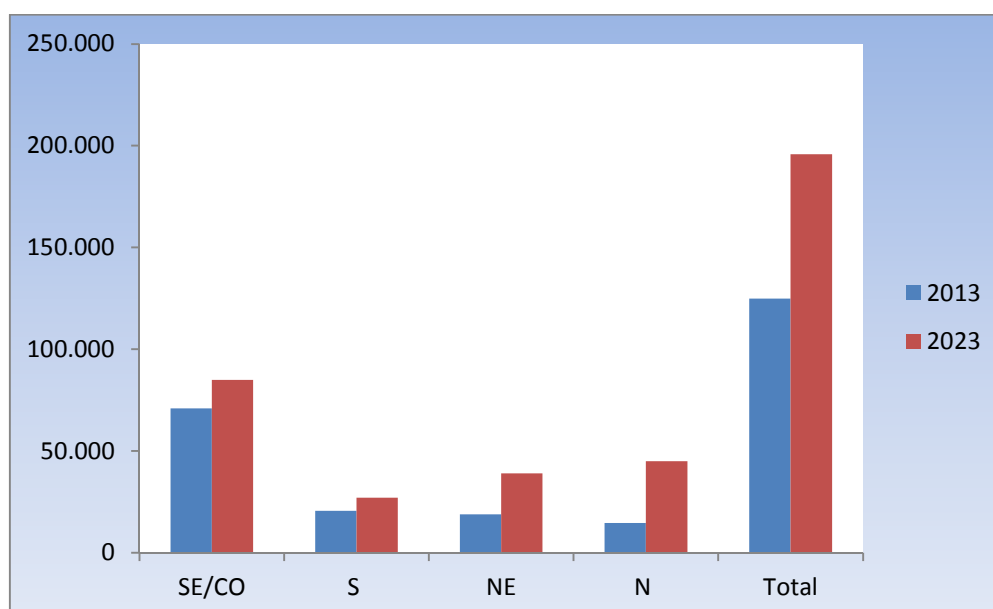
Fonte: Gonçalves Junior, apresentações em sala de aula 29/05/2014

Anualmente a EPE organiza o Plano Decenal de Energia (PDC) procurando estimar todas as questões relacionadas à energia num horizonte de 10 anos.

No PDE 2014-2023, para o país está previsto investimentos globais em torno de R\$ 1,3 trilhão dos quais 23,8% é destinado à oferta de energia elétrica, ampliando a capacidade instalada de geração de energia de 124,8 para 195,9 GW.

É a região amazônica que concentra a maior expansão na geração de energia, como podemos analisar no gráfico a seguir, passando de 12% no ano de 2013 para 23% no ano de 2023 um aumento de 31 GW de expansão.

Participação Regional na capacidade instalada no SIN, em MW



	SE/CO	S	NE	N	Total
2013	70.820(56%)	20.619 (17%)	18.851(15%)	14.506 (12%)	124.796
2023	84.823 (43%)	2.055 (14%)	38.995(20%)	45.010(23%)	195.883
^ MW	14.003	6.436	20.144	30.504	71.087
^ %	20%	31%	107%	210%	57%

Sumário Executivo do PDE 2014-2023, www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx

E como maior financiador do setor temos o Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Para Gonçalves Junior (2007, p. 348) o financiamento de cada novo empreendimento, grande parte é obtida junto ao BNDS na forma

de empréstimos diretos ou através do mercado de capitais junto ao BNDS, por exemplo, comprando *debêntures* conversíveis em ações.

O Estado brasileiro realiza o financiamento das obras sem realizar devidas fiscalizações sobre se os direitos das populações atingidas e cuidados com o meio ambiente estão sendo tomadas. Ao firmar um contrato de apoio, havendo impacto ambiental o banco apresenta medidas que possam minimizar os impactos, acontece que esses são insuficientes. Segundo Agência Pública:

as cláusulas que dizem respeito à proteção dos direitos humanos e meio ambiente são estipuladas, em sua maioria, através de parágrafos padronizados, e não garantem o cumprimento de compromissos de acordo com a especificidade dos projetos. (Site apublica.org)

É o Estado brasileiro concedendo a empresas privadas um bem público, nossos rios, para construírem barragens com uma concessão de 30 anos, sem nenhuma responsabilidade com o povo brasileiro, nem com a população tradicional que aí está radicada.

Não existe uma política nacional que trate sobre os impactos desses empreendimentos nas populações atingidas e o meio ambiente, enquanto isso, as populações locais, muitas vezes indígenas, comunidades ribeirinhas e camponesas, ficam a mercê dos interesses das empresas privadas que dominam o setor. E a conquista de indenizações e/ou compensações das populações fica determinada pela sua capacidade de organização e barganha diante do enorme poder articulado em torno dos empreendimentos.

A expansão do capital sobre a floresta amazônica financiada pelo Estado é realizada desde o governo civil-militar (1964-1985). Objetivando a integração da floresta ao mercado mundial utilizando seu potencial natural, para Picoli:

Efetuiu-se a estratégia de internacionalização da Amazônia, ocorrendo na prática a expansão capitalista com recursos provenientes do Estado brasileiro através de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, a forma expansionista criada na região tornou-se dependente do Estado brasileiro (2006, p. 44).

As formas de investimento do Estado se deram de forma direta no financiamento ou na construção de empreendimentos de infraestrutura como também nos incentivos fiscais. A política de incentivos fiscais na Amazônia se inicia nos anos de 1963, onde os projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM recebiam incentivos que chegavam até a 100%.

Na teoria, os Incentivos Fiscais para a Amazônia teriam a função de viabilizar a instalação de grandes empreendimentos econômicos na região cujos efeitos germinativos induziriam o processo de desenvolvimento regional. Contudo, na prática, esta é uma contribuição adicional da Amazônia para capitalizar as transnacionais da mineração, potencializando sua operação em escala global. (<http://www.inesc.org.br/> Acesso 24/09/2015)

A promessa de promoção de um desenvolvimento local nunca se concretizou, o território amazônico tornou-se um local para a produção e extração de matéria prima (carnes, grãos, minérios, produtos derivados da floresta, energia) em detrimento das populações locais.

A maioria desses projetos com incentivos do governo nasceu para produzir mais miséria para a região, que, em vez de estarem assentando famílias, desapropriam e produzem a violência. As vítimas da investida capitalista são as áreas dos povos originários, dos posseiros e dos pequenos proprietários das terras, bem como áreas de preservação ambiental e militar (PICOLI, 2006, p. 42).

A política de incentivos fiscais, além de muitos outros benefícios tributários e créditos públicos, continuam até hoje, sendo a principal concessão esta na isenção de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica para empresas que dependem da exploração de recursos naturais.

Intelectuais de boas intenções ao discutir as barragens na Amazônia restringem o debate do setor à necessidade de construção de usinas a fio d'água sem um persistente questionamento da forma como são implementados esses projetos, como para CASTRO (et al) "apesar da complexidade da Região Amazônica, é possível a construção de centrais hidroelétricas de forma sustentável na região. Entretanto, este processo será lento e as usinas serão do tipo fio d'água" (2012, p. 29).

Os reservatórios de acumulação de d'água, os grandes lagos, proporcionam uma regularização da água que passa pelas turbinas para a produção de energia ao longo do ano, até mesmo durante anos. A não construção de reservatórios de acumulação diminuirá a reserva estratégica do sistema elétrico nacional. As usinas a fio d'água não apresentam um reservatório de acumulação, a não construção do reservatório não permite que a água proveniente do período das cheias (chuvas), seja estocada para a manutenção da produção de energia elétrica no período de secas.

Se de um lado estão os grupos ambientais que defendem a construção de usinas a fio d'água do outro lado estão os grupos que controlam o setor articulados no Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro (FASE)⁶ que pautam junto ao governo a necessidade de construção de usinas com reservatórios de acumulação.

⁶ A FASE foi criada em maio de 2014, reunindo 17 associações empresariais de energia elétrica, entre elas a Apine (produtores independentes), Abiape (autoprodutores), Abraceel (comercializadores), Abrace (grandes

Hoje todos esses segmentos concordam que tem que fazer hidrelétricas com reservatório, pelas inúmeras vantagens que têm. E até combinando com as metas que o país tem de redução de emissão e como favorecimento de todas outras fontes”, ressaltou o presidente da Abiape. (www.eficien.com.br/ Acesso em 19/10/2015).

Esse debate ganha força principalmente após a crise de água ocorrida na região sudeste e sul do país no ano de 2014, onde os reservatórios de água ficaram abaixo de seu limite. Sobre o debate usinas com reservatório de acumulação x reservatório a fio d'água, Gonçalves Junior nos diz que independente da prioridade de construção de usinas a fio d'água o regime hidrológico do rio é completamente afetado. Pois em um mesmo rio são construídas varias barragens, aqui podemos citar o caso do Rio Jauru, em Mato Grosso, que Gonçalves Junior relata em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos:

Neste rio foram construídos seis empreendimentos sucessivos em uma extensão aproximadamente de 60 Km. De modo que, considerando as hidrelétricas instaladas da nascente para a foz, a água a jusante da primeira hidrelétrica está praticamente na cota da barragem da segunda hidrelétrica e assim sucessivamente até a sexta hidrelétrica. Constituindo uma cascata de seis barramentos sucessivos, que mesmo sendo todos empreendimentos a fio d'água, estes, proporcionaram um grande impacto direto ambiental e social no rio Jauru. Cerca de 60 km do curso do rio Jauru que eram - sem a construção das hidrelétricas -, dotados de pequenas cachoeiras combinadas às corredeiras foram transformados num conjunto de seis reservatórios sucessivos. Limitando a análise sobre o que ocorreu no curso original do rio Jauru, verifica-se que, por um lado, pôs fim a declividade natural do rio na extensão em que foram construídas as hidrelétricas atingindo diretamente as espécies de peixes migratórias e, por outro lado, os reservatórios individualmente - apesar de terem reduzida capacidade de armazenamento - por estarem dispostos de maneira sucessiva, possibilita ao conjunto de hidrelétricas uma capacidade de armazenamento na cascata que determina um novo regime hidrológico a jusante do complexo. O que mostra a fragilidade do argumento de que as hidrelétricas a fio d'água não alteram a vazão natural dos rios. (www.ihu.unisinos.br/, 2013)

Como vimos, a lógica como são construídas usinas hidrelétricas, onde em um mesmo rio são construídas varias barragens e ainda uma de reservatório de acumulação sempre é construído para dar regularidade da vazão da água, o debate sobre o tamanho do reservatório não resolve as problemáticas ambientais e sociais provocados por esses empreendimentos.

De acordo com Vianna (2003, p.22)

Boa parte da fauna e da flora que vive nessas áreas normalmente não consegue sobreviver em outras regiões depois do enchimento do reservatório. Aliado a isto está o fato de que as barragens normalmente são construídas em áreas remotas, que representam o último refúgio de espécies deslocadas pelo desenvolvimento de outras

regiões. Além de destruir o habitat de várias espécies, os reservatórios ainda contribuem para obstruir os acessos das rotas migratórias de muitos animais.

A Amazônia brasileira a partir dos anos de 1970, sobre o regime do governo militar, passa por uma reorganização geopolítica, sendo a ocupação do território orientada de uma certa maneira que não garante o respeito e o cuidado com o meio ambiente. O capital com o consentimento do Estado brasileiro vem para provocar o desmatamento, um dos maiores do país, para a ocupação da pecuária, extração de minérios, a monocultura da soja, e hoje a construção de pequenas e grandes hidrelétricas. É um desenvolvimento que não redistribui a riqueza gerada, e para tal, como nos traz Teixeira (2005):

Na Amazônia o desafio da apropriação da riqueza e de sua redistribuição exige a superação da subalternidade em que a região está submetida às relações econômicas e políticas nacionais e internacionais, exige a superação do latifúndio, a garantia das terras indígenas, do território coletivo dos povos da floresta, exige que seja sustada a devastação do meio ambiente, a poluição de nossos piscosos rios e o desaparecimento de nossa biodiversidade. A Amazônia tem uma vocação para a abundância, a escassez foi introduzida pelo capital (TEIXEIRA, 2005, p. 31).

O contexto do avanço do agro e hidro negócio na região norte do estado de Mato Grosso não é distinto do que vem ocorrendo no conjunto da região amazônica. Vamos trazer, no próximo tópico, os dados mais gerais da região que vem sofrendo as consequências da implantação de usinas hidrelétricas sem nenhuma ou pouca forma de dialogo com as populações urbanas, rurais e povos indígenas que margeiam o Rio Teles Pires.

2.2 A sub-bacia do Rio Teles Pires

O estado de Mato Grosso tem uma área de aproximadamente de 903.357,908 Km² de área, é o terceiro estado mais extenso do país. Abrange três tipos distintos de vegetação: a Amazônia, na porção norte de seu território, ao centro sul do estado prevalece o bioma Cerrado, e ainda uma faixa de transição do pantanal. Sua população é de 3.265.486 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2015, com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É uma região rica em rios e nascentes, está entre os estados com maior volume de água doce do mundo. Dentre as principais sub-bacias do estado se encontram: Sub-bacia do Guaporé, Sub-bacia do Aripuanã, Sub-bacia do Juruena-Arinos, Sub-bacia do Teles Pires e

Sub-Bacia do Xingu. Os rios pertencentes à Bacia Amazônica drenam dois terços do território mato-grossense.

Ao visualizar os rios da bacia Amazônica em praticamente todos se apresentam projetos de hidrelétricas, em construção, em fase de estudo e/ou licitação. Para o principal rio que banha a região norte do estado de Mato Grosso, o Rio Teles Pires, não é diferente, ha uma ofensiva de privatização do rio.

Na extensão da região esta a rodovia BR 163 que liga Cuiabá/MT - Santarém/PA que se configura como corredor para o desmatamento da floresta e abertura de lavouras para a soja. O projeto pensado para a região, desde o inicio de processo de colonização, “buscou incorporar a região de maneira intensa à economia nacional, tendo a produção de grãos grande destaque neste contexto” (SOUZA; PICHININ, 2006, p. 2).

Predominaram os projetos de colonização privados, tais como as três grandes empresas de colonização: SINOP – Sociedade Imobiliária Norte do Paraná; COLIDER – Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional e INDECO - Integração Desenvolvimento e Colonização. Para a região priorizaram a vinda de pequenos agricultores, sem terras do Sul e do Nordeste Brasileiro, trabalhadores que estavam em regiões de conflitos agrários.

Camponeses “expulsos” de suas regiões para ocupar um espaço desconhecido sem nenhum ou pouco apoio do Estado para seu desenvolvimento na região.

A ocupação do espaço, desde a década de 1970, se deu de forma a provocar muitos conflitos agrários entre camponeses e grandes latifundiários. A concentração de terra e renda não foram superadas no processo de colonização (SOUZA; PICHININ, 2006). A política desenvolvimentista planejada foi a do cultivo primeiramente, e da retirada de madeira, provocando uma imensa destruição da floresta nativa, seguida da cultura do gado de leite, para os pequenos produtores, e do gado de corte para os grandes pecuaristas, e hoje ha um predomínio da produção de grãos em especial a soja.

Souza e Pichinin (2006) nos trazem um relato das consequências geradas pelo projeto de desenvolvimento executado na região:

Com os incentivos governamentais e grandes investimentos do setor privado ocorreu o processo de modernização agrícola com grande utilização de máquinas no plantio e colheita das lavouras o que gerou, conseqüentemente, expulsão de mão de obra humana, antes empregada nestas funções. Ou seja, no que tange aos impactos sociais desta modernização do campo na região, configuram-se o desemprego, a miséria e o inchaço da pobreza (massa dos excluídos) dos novos centros urbanos na área de expansão da fronteira agrícola (Idem. 2006, p. 4).

Hoje a região é uma das grandes produtoras nacionais de grãos como soja e milho, produção que provoca grandes impactos ambientais e sociais como o desgaste e contaminação do solo, de populações que vivem nas proximidades das fazendas e trabalhadores pelo uso intensivo de insumos agrícolas, como agrotóxicos e sementes transgênicas. O estado hoje é campeão no uso de agrotóxico chegando ao consumo de 50 litros por pessoa e ainda esta em segundo lugar no ranking de concentração de terras do país.

A construção de hidrelétricas no Rio Teles Pires esta nos planos do governo desde a década de 1980, onde já foram planejados seis hidrelétricas, cinco no Rio Teles Pires e uma no Rio Apiacás, um de seus afluentes. Esses estudos foram desengavetados a partir da década de 2000. Em 2006 o estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires foi aprovado pela Aneel indicando a construção de seis usinas hidrelétricas, totalizando uma geração de cerca de 3.600 MW (<http://www.uhetelespires.com.br/>).

O Rio Teles Pires é uma sub-bacia do Rio Tapajós, pertencente à bacia hidrográfica amazônica, ocupando uma área de aproximadamente 146.600 km², banhando os estados de Mato Grosso e Pará.

Ao longo de todo o rio estão planejadas 5 Usinas Hidrelétricas (UHE): UHE-Sinop, UHE-Colíder, UHE-Teles Pires, UHE-São Manuel, UHE-Foz do Apiacás. Para suprir as demandas do Sistema Interligado Nacional (SIN), em especial as do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Todas estão previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2020/Programa de Aceleração do Crescimento.

Usinas Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires

UHE	Rio	Potência Instalada (MW)	Área do Reservatório (km ²)	Municípios Atingidos	UF	Mão de Obra Empregada	
						Direta	Indireta
Foz do Apiacas	Apiacás	275	59,5	Apiacás, Nova Monte Verde, Paranaita	MT	1.243	4.972
São Manuel	Teles Pires	746	64	Jacareacanga e Paranaita	PA MT	1.514	6.056
Teles Pires	Teles Pires	1.820	123,4	Jacareacanga e Paranaita	PA MT	1.996	7.984
Colíder	Teles Pires	300	123,3	Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte	MT	343	1.372
Sinop	Teles Pires	461	329,6	Sorriso, Sinop, Cláudia, Itaúba,	MT	7.500	30.000

				Ipiranga do Norte			
Total	-	3.644	688,8	-	12.596	50.384	

Fonte: Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires (ELETROBRAS, 2005)

E, ainda, há uma sexta barragem em fase de estudo de viabilidade que não excluimos sua possibilidade de construção a UHE Magessi, o elemento que esta impedindo sua liberação é que seu lago atinge uma área de reserva estadual, sua construção é só uma questão de tempo para a flexibilização das leis ambientais.

Desde 2010 esses projetos começaram a ser implantados na região e o que se verifica pelo andamento dessas obras é a reprodução perversa do setor elétrico brasileiro, que vem pra atender as necessidades do capital e não a dos trabalhadores, sejam eles atingidos diretos, trabalhadores das obras ou mesmo o trabalhador que paga a terceira tarifa elétrica mais cara do mundo.

A UHE-Colíder teve o início de sua construção em março de 2011, está localizada no município de Colíder (cerca de 30.000 habitantes), a 700 km de Cuiabá, atingindo também Nova Canãa do Norte (14.000 habitantes) e Itaúba (mais ou menos 10.000 habitantes), essa obra esta prevista para entrar em operação em 2016.

A empresa responsável pelo empreendimento é a COPEL (Companhia Paranaense de Energia), estatal paranaense. Foi criada em 26 de outubro de 1954, com controle acionário do Estado do Paraná, abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBOVESPA) e tornou-se em julho de 1997 a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

O empreendimento terá potência instalada de 300 MW, com uma energia firme de 170,6 MW o suficiente para atender ao consumo de uma cidade com 850 mil habitantes. O calculo do investimento total estimado para a implantação da UHE Colíder (incluindo juros) é de R\$ 1.474.493.810,00 bilhões de reais (RIMA, 2007).

O empreendimento irá atingir cerca de 200 famílias entre pescadores e comunidades rurais, o lago em sua maior extensão atingirá terras de fazendeiros.

UHE Teles Pires atingirá os municípios de Paranaita (MT), Alta Floresta (MT) e Jacareacanga (PA). Esse consórcio é formado pelas estatais Furnas, Eletrosul e privadas Odebrech (capital brasileiro) e Neoenergia (EUA) que é acionista majoritária. A obra teve início em 2011.

O custo para a construção da usina inicial previsto foi de R\$ 4 bilhões, com potencia instalada de 1.820 MW o suficiente para abastecer uma cidade de aproximadamente de seis

milhões de pessoas, com uma garantia de produzir 915,4 MW. É a maior usina em produção de energia do complexo, chegando a ser responsável por 50,55%.

Essa obra trouxe um impacto muito grande para as populações urbanas principalmente de Alta Floresta e Paranaíta, provocando o aumento do custo de vida como os preços exorbitantes de aluguéis e a maior incidência nos índices de violência e prostituição.

Seu alagamento irá atingir aproximadamente 300 famílias entre pescadores e moradores do assentamento São Pedro em Paranaíta. Varias ações estão sendo movidas pelas comunidades indígenas Kayabi e Mundurucu para seu reconhecimento enquanto atingidos diretos e para as devidas indenizações e reparações dos impactos nas comunidades. Pois as empresas que elaboraram o EIA – Leme Engenharia da Tractebel/GDF Suez e Concremat – não tomaram como atingidos as comunidades e também duas Unidades de Conservação – a Reserva Estadual de Pesca Esportiva, no Pará e o Parque Estadual do Cristalino, em Mato Grosso. (Fonte <http://riosvivos.org.br/>)

Um dado importante sobre a região é sobre os empreendimentos de mineração que estão vindo para a região “Atualmente estão em curso 37 processos minerários de ouro na Área Diretamente Afetada (ADA) pela usina Teles Pires e três processos minerários para zinco, requeridos pela Votorantim, todos de 2009” (Fonte <http://riosvivos.org.br/>).

Há denúncias de que as comportas da usina foram fechadas sem a supressão da vegetação gerando um problema ambiental imenso, podendo provocar aumento da incidência de mosquitos e mortandade de peixes, pois a biomassa presente no lago apodrecendo vai emitir gás carbono e metano por até 10 anos.

A 40 km a jusante (rio a baixo) da UHE Teles Pires esta sendo construída a UHE São Manuel, a uma distancia de 950 km de Cuiabá, atingirá os municípios de Apiacás (MT), Paranaíta (MT), Jacareacanga (PA), a obra teve inicio em dezembro de 2014, a usina pertence à Empresa de Energia São Manuel S.A, formada pela estatal Furnas e privada EDP (Energia de Portugal), esta ultima é a maior acionista do consórcio.

Sua capacidade de produção de energia será de 700 MW o suficiente para atender a uma população de 2,5 milhões de pessoas. A obra esta orçada em R\$ 2,9 bilhões.

Em fevereiro desse ano houve um incêndio no canteiro de obras provocado pela revolta dos trabalhadores, onde os mesmos reivindicaram o cumprimento de direitos trabalhistas. Esta usina irá atingir povos indígenas das etnias Kayabi, Mundurucu e Apiaká.

UHE Foz do Apiacás: O leilão aconteceu no ano de 2013, mas o empreendimento enfrenta ação judicial. Atingirá os povos Kayabi onde vivem cerca de mil índios e os Mundurucu onde vivem 9 mil indígenas. A usina será construída no rio Apiacás, o

barramento será nos municípios de Apiacás e Paranaita, mas a área do reservatório atingirá também no município de Nova Monte Verde. A usina esta localizada a 250km de Alta Floresta (maior município da região) e a 1.042,3km da capital Cuiabá. Esse empreendimento ficará próximo às UHEs São Manuel (5km) e Teles Pires (34km). (RIMA, 2010)

As UHEs Teles Pires, São Manuel e Foz do Apiacás são usinas que estão sendo construídas próximas uma da outra, por esse motivo os órgãos ambientais realizaram apenas um único estudo de impacto social para as usinas, e ainda desconsiderando os impactos que vão causar aos povos indígenas que vivem nas margens dos Rios Teles Pires e Apiacás. Para o processo de licenciamento das barragens não foi realizado nenhuma consulta ou discussão com as tribos, desrespeitando um direito garantido pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de consulta prévia em qualquer empreendimento que afete a autonomia e forma de desenvolvimento econômico, social e uso de seu território e recursos naturais (OIT, 2011).

Localização da UHE do Rio Teles Pires – MT/PA



As UHE-Magessi, Colíder, Teles Pires, São Manuel e Foz do Apiacás são planejadas para serem fio d'água, ou seja, não apresentam um reservatório de acumulação. A barragem que será a caixa d'água do sistema é a UHE-Sinop, ela será a caixa d'água do complexo de hidrelétricas, regularizando o nível de água para as barragens a jusante.

A sub-bacia do Rio Teles Pires juntamente à sub-bacia do Rio Juruena forma a grande bacia do Tapajós, para toda a bacia estão previstas construções de barragens, em fase de inventário, licitação ou construção. Apenas na sub-bacia do Juruena estão previstos 80 empreendimentos entre grandes e pequenas usinas. São um conjunto de hidrelétricas que atingiram unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos, comunidades tradicionais

sem nenhum debate serio dos impactos sociais e ambientais de que estas barragens provocarão e medidas de mitigação, indenização e reparação dos danos.

2.3 O caso da UHE SINOP

A UHE-Sinop, das cinco hidrelétricas planejadas para o Rio Teles Pires, será a barragem que terá o maior lago, um reservatório de acumulação, a área de inundação atingira 33,7 mil hectares. A potência instalada será de 400 MW, mas a energia firme será de 239,8 MW. A usina esta a 70km de Sinop e 551km da capital Cuiabá (RIMA, 2010).

Pela sua grandeza e pela proximidade do lago das áreas de assentamentos e áreas urbanas esta é a obra de maior custo social. A seguir o orçamento da usina com os custos atualizados pelo IPCA e IGPM⁷.

Contas do Orçamento Padrão ELETROBRÁS da UHE SINOP (Data Base 6/2010)			
Item	Custo (R\$) (data base 06/2010)	Custo (R\$) - atualizado pelo IPCA até 03/2015	Custo (R\$) - atualizado pelo IGPM até 03/2015
	UHE SINOP	UHE SINOP	UHE SINOP
Terrenos e ações socioambientais	426.669.076,35	575.998.986,38	562.819.178,61
Estruturas e outras benfeitorias	264.478.191,66	357.042.913,96	348.873.182,62
Barragens e adutoras	354.119.534,06	478.057.829,79	467.119.077,38
Turbinas e geradores	310.700.472,30	419.442.530,60	409.844.993,01
Equipamento elétrico acessório	44.712.000,00	60.360.752,88	58.979.599,20
Diversos equipamentos da usina	43.209.925,20	58.332.966,92	56.998.212,33
Estradas de rodagem, de ferro e pontes	3.032.640,00	4.094.033,67	4.000.355,42
Custos indiretos (CI)	179.707.692,47	242.603.587,76	237.052.417,14
Custos SPE	48.798.885,96	65.878.008,06	64.370.610,47
Linha de transmissão e subestação	59.345.000,00	80.115.156,55	78.281.989,50
Custo sem redução de impostos	1.734.773.418,00	2.341.926.766,57	2.288.339.615,68
Redução devido à isenção de impostos e incentivos	95.374.858,76	128.755.105,58	125.808.976,19
Custo Final	1.639.398.559,24	2.213.171.660,99	2.162.530.639,49

(Fonte: Contas do Orçamento Padrão Eletrobrás Data Base 6/2010)

⁷ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está vinculado especialmente à variação dos preços de mercadorias que circulam internamente no país, já o índice geral de preços de mercado (IGPM) traduz a inflação de uma bolsa de produtos que domina os produtos de importação e exportação, portanto, está ligado da variação cambial do real e em relação ao dólar. A diferença entre o IPCA o IGPM não é substantiva fato que revela como a economia brasileira está internacionalizada.

Atingirá os municípios de Sinop, Claudia, Ipiranga do Norte, Itaúba e Claudia do estado de Mato Grosso. Como podemos ver na tabela abaixo onde nos mostra os municípios atingidos e a proporção de alagamento de cada município. Como podemos ver Sinop será a cidade mais afetada pelo empreendimento.

Área Afetada por Município	Área (em km²)	Faixa de 100m (APP) (em km²)	Área para Canteiro/Acampamento, Empréstimo e outras Áreas (em km²)	Total a ser Adquirido no Município (em km²)
Itaúba	43,09	14,82	1,0	58,91
Claudia	47,67	17,57	2,0	67,24
Sinop	179,25	67,26	---	246,51
Ipiranga	16,74	12,37	---	29,11
Sorriso	15,97	13,94	---	29,91
Área Total	302,72	125,96	3,0	431,68

Fonte: RIMA, 2010

A economia da região gira em torno da produção de gado de corte e leite pelo sistema expansivo. Na agricultura as culturas principais são soja, arroz, milho e algodão.

Sinop é a cidade polo industrial e comercial da região norte, o comércio é bastante diversificado, empresas atacadistas instaladas na cidade, além de centenas de comércios varejistas que atraem compradores de toda a região.

O consórcio responsável pelo empreendimento, a Companhia Energética Sinop SA (CES), é formado pelas estatais Eletronorte e Chesf (subsidiárias do grupo Eletrobrás) e EDF (Eletric de France) esta maior acionista do empreendimento, com 51%. EDF é uma empresa de economia mista francesa, é a maior empresa de energia da França e uma das maiores do mundo, destacando-se na produção de energia nuclear.

São mais de 1000 famílias atingidas, moradoras de dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) 12 de outubro e o Projeto de Assentamento (PA) Wesley Manuel dos Santos, além de 90 pescadores, diversos chacareiros, ceramistas e fazendeiros.

A obra está em seu segundo ano de construção e tem previsão de entrar em operação em fins de 2017. Já esta marcada por uma série de irregularidades, o MPF moveu ação civil

publica na qual ficou embargada durante 50 dias no primeiro semestre de 2014, pois não cumpriu as condicionantes da Licença Previa (LP) que exigia a apresentação do projeto de reassentamento e agroindústria para atingidos dos dois assentamentos.

Até o momento os atingidos aguardam a empresa a iniciar a execução de projetos de indenizações e compensações, as negociações não estão ocorrendo. E a empresa muitas vezes se nega ao dialogo.

3 QUEM DEFENDE OS INTERESSES DOS MORADORES ATINGIDOS PELA UHE SINOP?

Neste capítulo abordaremos alguns elementos da história da luta dos atingidos por barragens no Brasil, trazendo brevemente sua primeira iniciativa de organização dos atingidos no estado de Mato Grosso que se deu no empreendimento hidrelétrico de Manso em Chapada dos Guimarães no rio Manso, principal afluente do rio Cuiabá, que desagua no rio Paraguai. Em seguida trataremos as problemáticas sociais e ambientais que a população que vive às margens do rio Teles Pires estão presenciando, dedicando mais atenção no caso da UHE Sinop, deixando aqui destacado a dificuldade de encontrar uma bibliografia que de embasamento teórico à discussão, devido a recém construção dos empreendimentos e a falta de discussão nos meios acadêmicos sobre os impactos das barragens na sub-bacia do rio Teles Pires.

3.1 O Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)

A organização dos atingidos por barragens no Brasil se inicia a partir dos grandes projetos hidrelétricos construídos na ditadura militar, concomitante às mobilizações e ascensão das lutas populares que surgem no período de abertura democrática no Brasil em fins dos anos de 1970 e anos 80.

Grupos progressistas da igreja católica e os sindicatos mais combativos tiveram um papel muito importante na organização das comunidades atingidas, buscando o esclarecimento sobre as barragens e a importância de auto-organização e mobilização, colocando a disposição dos atingidos espaços, estruturas das igrejas (FOSCHIERA, 2009).

As primeiras iniciativas de organização dos atingidos aconteceram na barragem de Itaparica-BA e PE, quem organizou a luta foi o Polo Sindical em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Bacia do Rio Uruguai – RS e SC. A organização se deu através da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), no Estado do Pará na barragem de Tucuruí, onde se organizou a Comissão dos Expropriados e depois a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí.

A organização dos atingidos em um movimento nacional de luta contra as barragens e por direitos inicia-se a partir do ano de 1989, onde a CRAB e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizam o 1º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens

articulando trabalhadores do norte, nordeste e sul brasileiro, os atingidos pela primeira vez aprovam uma pauta e um plano de luta nacional com os pontos:

- elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;

- que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isso seja condição para a implementação dos novos projetos;

- cumprimentos dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;

- fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

O encontro foi marcado pela diversidade de culturas, modos distintos de organização dos atingidos e enfrentamentos, que em muitos lugares a luta já se dava antes da construção da barragem, em outros acontecia no momento de construção e em outros só após o enchimento do lago. A troca de experiências foi um elemento enriquecedor para o fortalecimento da organização a nível nacional.

Do encontro é tirada uma comissão com representantes das regiões para articular o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, que aconteceu em março de 1991 em Brasília. Representantes de varias barragens no Brasil⁸ fundaram o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. No final do encontro, entre outras resoluções, é declarado o 14 de março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens.

Após a fundação do movimento nacional foram realizados congressos, encontros nacionais, com o objetivo de promover o debate e tomar decisões sobre as estratégias e táticas, conjuntamente com todos os atingidos organizados no MAB, reafirmando o caráter coletivo do movimento. Estes são momentos importantes de reflexão sobre nossas praticas, métodos de ação e estudo, dando saltos importantes sobre nossas bandeiras, proposições e lutas (MAB, 2013).

Compreendendo o caráter internacional da luta contra as barragens, a partir do II Congresso Nacional do MAB⁹ buscamos centrar forças na articulação com outros movimentos da América Latina e de outros continentes, no ano de 1997 em Curitiba, contribuimos ativamente na construção do I Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens, neste encontro foi reafirmado o 14 de março como o dia de luta dos atingidos, mas

⁸ Região nordeste, norte, sul e centro oeste.

⁹ O II Congresso nacional do MAB aconteceu no em dezembro de 1993 e como uma das principais resoluções foi a necessidade de organização de um encontro internacional dos atingidos.

agora, como o dia Dia Internacional de Luta contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida.

Nossa luta na década de 1980 foi marcada pelo enfrentamento às estatais do setor elétrico, reivindicando reassentamentos e a garantia de que famílias que não se enquadravam no conceito patrimonialista de atingido das empresas estatais, fossem ao menos consideradas como atingidas para avançar no passo seguinte de garantia de uma justa indenização ou ao direito de ser reassentado.

Cabe aqui destacar o conceito patrimonialista defendido pelas empresas do setor elétrico definido por Vainer:

somente reconhece na área afetada aqueles que detêm direitos de propriedade. Não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas propriedade. E, nestes termos, o deslocamento se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individuais de compra e venda (2007, p. 125 apud VAINER, 1990, p.114).

Todavia, esse conceito não deixou de ser praticado pelas empresas que insistem em apenas considerar como atingidos os proprietários de terras e os que têm diretamente sua terra alagada desconsiderando aspectos culturais, ambientais e econômicos.

Nos anos 90 a luta contra as políticas neoliberais e a privatização das empresas ganhou força. Com as privatizações o MAB não tinha mais certeza com quem deveria negociar se com o Estado ou as empresas privadas. Passamos a lutar para a manutenção dos acordos já realizados com as estatais, um exemplo foi o acordo da barragem de Itá¹⁰ em Santa Catarina, onde houve a conquista de reassentamento com uma boa qualidade de infraestrutura para as famílias atingidas.

Em todos os processos de luta percebemos que a concepção de atingido muda. Inicialmente são incluídos apenas os que terão as suas terras alagadas, e limitando ainda mais os que tivessem o título da terra, mas pela resistência das comunidades esse conceito se amplia a depender da capacidade de organização e força das famílias, incluindo também os sem terras, os ocupantes, os arrendatários, os meeiros, parceiros, os pescadores e indígenas, todos os grupos sociais que tem de alguma forma seu meio de subsistência afetada pela obra.

¹⁰ A barragem de Itá atingiu cerca de 4.000 famílias, atingiu quatro municípios entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com potencia de geração de 1450 MW e energia segurada de 668 MW. O início da operação ocorreu em setembro de 2000. Inicialmente a empresa responsável pela usina era a Eletrosul, empresa estatal. Em 1995 quando foi formado o Consórcio de Itá houve uma parceria público privada, a obra passou a ser gerida pela GERASUL – composta pelas empresas Eletrosul, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A. Em 1998 a GERASUL passa completamente para o setor privado.(VIANA, 2003, p. 99)

A partir de nossa experiência, como movimento, aprendemos que a prática das empresas é de se utilizar da desinformação da visão patrimonialista, da negociação individualista para desarticular a organização dos atingidos para o não cumprimento dos direitos das comunidades.

Ao longo de mais de 20 anos de luta o Movimento dos Atingidos por Barragens tem conquistado muitas vitórias, mas que não se concretizaram em direitos. Temos a clareza que necessitamos de uma Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que seja um marco legal que defina o conceito de atingido e as formas de reparação.

A consciência de que as famílias atingidas tinham um direito a uma indenização justa e sua ampliação à compreensão de que tinham o direito a outra terra, para continuar sua reprodução enquanto camponeses, foi se dando a partir da organização, e da compreensão de que são sujeitos de direitos. As famílias compreenderam que poderiam permanecer e lutar, a solução não se dava mais em ter apenas que sair das terras como o que aconteceu com os atingidos de Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Itaipu e Passo Real, no período militar, onde foram expropriadas suas casas, terras e trabalhos.

Como dito acima, as conquistas obtidas pelos atingidos por barragens no Brasil dependeram muito de sua organização e força para a luta, alcançamos alguns acordos que se concretizaram em reassentamentos e justas indenizações, mas que não se positivaram em direitos constituídos em lei. Não existe na legislação brasileira uma política que defina sobre as responsabilidades das empresas e do Estado para com as comunidades atingidas. Enquanto que para as empresas existe uma forte regulação com o conjunto de instituições, leis e decretos que garantem uma estabilidade e direitos das empresas, enquanto para os atingidos inexistente esta garantia.

Para os atingidos a única garantia jurídica é o Decreto-lei 3.365 – de 1941 - que garante a indenização para o proprietário da terra. O que não garante o direito à negociação coletiva, à livre escolha de optar por um reassentamento, e exclui do processo os não proprietários, os indígenas, professores, pescadores, comerciantes, posseiros e municípios. Na Constituição de 1988 é citado o direito à indenização pela desapropriação, mas nunca foi regulamentado.

Em 2010 foi instituído o cadastro socioeconômico pelo decreto 7.342, o qual instituiu o cadastramento para identificação das populações atingidas pelos empreendimentos de barragem. Mas a sua regulamentação em junho de 2012 privatiza o cadastro, o que para o MAB deveria ser realizado pelo Estado passa a ser feito por uma empresa privada, transformando-o em mais um negócio (MAB, 2013).

É necessário a instituição de uma política que:

- possua órgãos responsáveis do Estado para a sua implantação;
- possua fonte de financiamento;
- seja instituída por um marco legal;
- e reconheça os direitos dos atingidos por barragens.

Não havendo um marco legal que defina esses pontos, que deixe claro o papel das empresas e do Estado, os atingidos ainda continuarão a mercê dos interesses das empresas privadas, que buscam minimizar ao máximo os custos das obras para maximizar seus lucros. Desde a realização dos estudos de impactos até o pagamento de indenização e concessão dos direitos, os atingidos estão reféns dos interesses privados.

A necessidade de efetivação de uma política nacional para os atingidos por barragens se dá pelo histórico de violação de direitos que se constata na construção de barragens. Segundo dados do MAB já foram mais de 2000 barragens construídas nos últimos quarenta anos em que mais de um milhão de brasileiros foram expulsos de suas terras, e cerca de 70% não foram indenizados ou foram mal indenizados (MAB, 2011).

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)¹¹ realizou um estudo¹² de 4 anos (2006 - 2010) analisando casos de denúncias de violação de direitos humanos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens formalizadas pelo MAB em uma reunião do conselho em março de 2006, na cidade do Rio de Janeiro. O relatório realizado pela Comissão Especial, criada através de uma portaria da Secretaria de Direitos Humanos, foi apresentado em 2010¹³. O relatório afirma que:

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (COMISSÃO ESPECIAL, 2010, p. 13).

Pela Comissão foram apresentados 16 direitos humanos sistematicamente violados em construção de barragens:

- Direito a informação e a participação;
- Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
- Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;

¹¹ Órgão do Estado Brasileiro é equivalente à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1964.

¹² O Relatório está disponível na página: http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/pessoa_humana/relatorios

¹³ Foram investigados os casos das barragens de: UHE Cana Brava, EHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz do Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã.

- Direito à moradia adequada;
- Direito à educação;
- Direito a um ambiente saudável e à saúde;
- Direito à melhoria das condições de vida;
- Direito a plena reparação das perdas
- Direito a justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
- Direito de ir e vir;
- Direitos às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
- Direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
- Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
- Direito de acesso a justiça e à razoável duração do processo judicial;
- Direito a reparação por perdas passadas;
- Direitos de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária.

Dentre as principais causas da sistemática violação de direitos indicada pela comissão está a falta de uma política, que reconheça os direitos dos atingidos por barragens.

Por fim o movimento ao longo de sua história de luta, resistências e conquistas construídas pelos atingidos de todo o Brasil se define como:

um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político ou grau de instrução. Nos organizamos para a defesa dos interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia e para a construção de um novo modelo energético, que esteja a serviço do povo brasileiro. (MAB, 2013)

O MAB, no estado de Mato Grosso, inicia sua articulação com os atingidos da barragem de Manso no município de Chapada dos Guimarães, a área inundada é de 427 km². As famílias atingidas buscaram organizar-se depois de construída a barragem. A UHE de Manso esteve no planejamento do Estado desde os anos de 1974, mas por falta de investimento não foi possível sua construção, a ideia foi retomada em 1988, onde a Eletrobrás iniciou as obras, mas com menos de dois anos foram paralisadas as obras, novamente por falta

de recursos financeiros¹⁴ (FOSCHIEIRA, 2009). A obra foi retomada em 1998 e concluída em 2000, com um potencial de geração de 210 MW.

É uma barragem que nos traz um exemplo clássico da forma como o capital privado, no caso a empresa PROMAN, se favoreceu da máquina pública, como mostra Foschiera (2009, p.202)

no ano de 1997, quando se realizou o acordo financeiro entre as empresas envolvidas na obra, decidiu-se que a Eletronorte entraria com 70% dos custos e a consorciada, PROMAN, com os demais 30%. Decidiu-se, também, que nos primeiros cinco anos de funcionamento, a maior parte da energia produzida seria da PROMAN: 96% no primeiro ano, 75% no segundo e no terceiro anos, 72% no quarto ano e 61% no quinto ano. A partir do sétimo ano, a PROMAN receberia 30% da energia produzida. Ficou decidido, também, que os custos em investimentos ambientais e de desapropriação e realização das obras civis ficariam a cargo da Eletronorte (RIBEIRO, 2000).

As famílias atingidas em grande parte não foram reconhecidas como atingidas, segundo dados da empresa Furnas¹⁵ apenas 630 famílias foram reconhecidas, muitas não foram indenizadas por não se enquadrar nos requisitos da empresa ou não apresentar o documento da terra. E as que foram indenizadas, foram mal indenizadas. Segundo um levantamento do MAB, realizado após o início de sua organização na região, o número de atingidos chegou a 1009.

O processo de luta foi intenso, com muitos acampamentos na sede da empresa, nas proximidades do lago, mas o movimento acabou se desarticulando após os anos de 2005 e 2006.

O Movimento reinicia sua articulação no estado no processo de construção das barragens no rio Teles Pires em 2010, a partir da articulação de entidades como movimentos sociais, ONGs, sindicatos e grupos ligados a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). O movimento foca suas atividades com os atingidos pela UHE Sinop, por entender que essa é a barragem com maior número de atingidos diretamente, e organizações da classe trabalhadora já mobilizados na região.

¹⁴ Por falta de investimentos a UHE de Manso não foi a única a ter sua obra paralisada, isso ocorreu na década de 1980 e início dos anos 1990, no ano de 1995 existiam 23 hidrelétricas estatais em construção paralisadas. Em 1982 o investimento no setor gira em torno de UU\$ 15 bilhões já em 1996 (ano da privatização) o investimento cai para UU\$ 4,3 bilhões, isso ocorre em preparação para as privatizações. O Estado só retoma gradativamente o investimento no setor elétrico após o processo de privatização ocorrida através do PND com o apoio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

¹⁵ “Em fevereiro de 1999, a parte do empreendimento que pertencia à Eletronorte foi transferida para Furnas (também empresa da Eletrobrás), que detinha maior disponibilidade de recursos financeiros e maior probabilidade e credibilidade de garantir a finalização das obras.” (FOSCHIERA, 2009, p. 202)

3.2 O Processo de Licenciamento

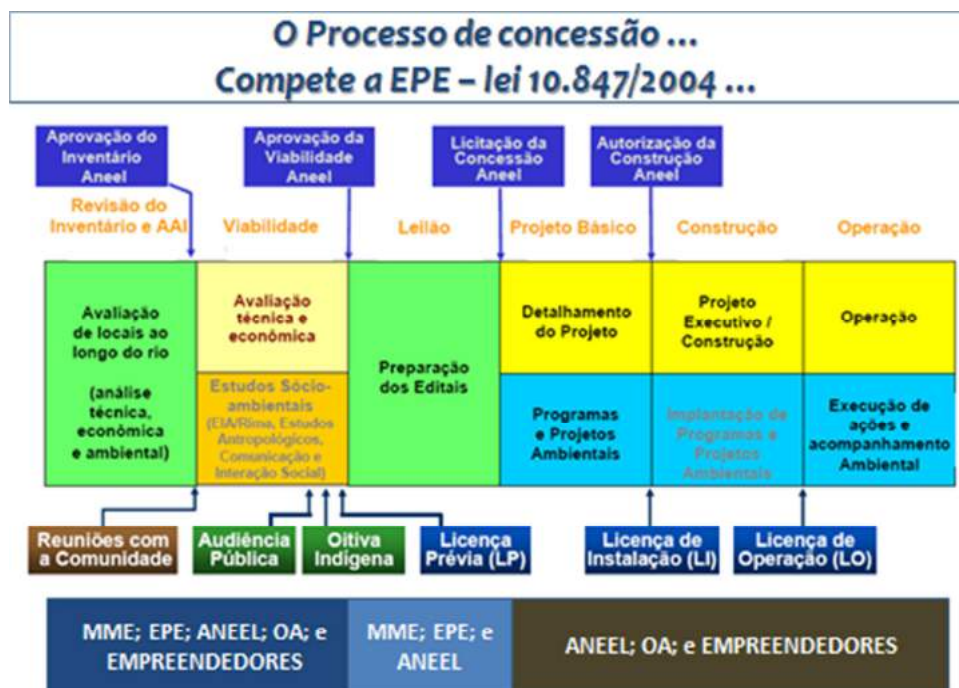
No quadro a seguir, apresentado por Gonçalves Junior em sala de aula, podemos visualizar como é o processo de concessão de um empreendimento hidrelétrico após as transformações de modernização e organização institucional ocorridos nas décadas de 1990 e 2000. Trataremos do processo de concessão para melhor compreender os estágios e procedimentos para construção de uma barragem, entendendo assim em qual etapa do empreendimento estão hoje os atingidos pela UHE-Sinop.

No primeiro momento são realizados os estudos de Avaliação Ambiental Integrada e Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais estudos que avaliam o local, os impactos sociais e ambientais do empreendimento hidrelétrico. São realizados pela EPE e/ou por empresas de consultorias. Os estudos muitas vezes são feitos pelas próprias empresas que disputam o leilão.

No segundo momento ocorrem as audiências com as populações impactadas. Os órgãos ambientais estadual ou federal são os responsáveis pela emissão das Licenças Previa (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO)¹⁶.

Após a emissão da Licença Previa, é realizado o leilão, o consórcio ganhador apresenta um Programa Básico Ambiental que deve responder aos impactos levantados nos EIA/RIMA. O programa deve ser aprovado pelo órgão ambiental responsável pela barragem para a emissão da LI, esta última é a licença que permite a empresa a iniciar a construção da barragem. Depois de construída, e tendo sido realizados todos os programas ambientais de reparação dos impactos o órgão ambiental emite a LO.

¹⁶ Licença Previa: emitida antes do leilão, apresenta condicionantes a serem cumpridas pela empresa construtora, antes de iniciar as obras. Licença de Instalação que permite a empresa a iniciar as obras. Licença de Operação é emitida após o órgão responsável averiguar se todas as condicionantes da LP e LI foram cumpridas.



Fonte: Gonçalves Junior, apresentações em sala de aula 29/05/2014

A responsabilidade do Estado vai até o momento do leilão, após realizado, a empresa ganhadora (iniciativa privada) é a responsável pelo processo de construção e implementação dos projetos e ações ambientais e sociais, ficando a cargo da empresa a definição de quem são os atingidos. Para Vainer (2007) isso é um risco para a garantia de direitos para os atingidos que ficam a mercê das empresas:

não tendo participado de nenhum licenciamento ambiental prévio e não tendo sido exigido nenhuma competência nas questões sociais e ambientais, a empresa responsável pela construção não se vê obrigada a realizar os devidos programas e projetos que visem minimizar os seus impactos (idem. 2007, p. 125).

A empresa pode ou não levar em consideração os estudos preliminares EIA e o RIMA, que dentre seus objetivos esta o de mapear as populações atingidas. O que infelizmente não ocorre de uma maneira a respeitar os direitos das populações atingidas, muitas vezes povos e comunidades nem sequer são mencionados nos estudos.

Ainda segundo Vainer (2007) o processo de licenciamento ambiental foi subvertido sem que ficassem claras as responsabilidades e atribuições do poder concedente e da agência que o representa (ANEEL), da empresa concessionária e das agências ambientais (estaduais ou nacional), criando uma terra de ninguém na qual passou a vigorar a improvisação, cujos custos passaram a recair, como de hábito, sobre as populações atingidas e sobre o meio ambiente.

3.3 Os moradores sob impacto da UHE Sinop

Iremos nos deter no complexo Teles Pires e daremos maior atenção aos atingidos da UHE Sinop onde percebemos um grau maior de organização e mobilização das famílias que demandam uma indenização justa pela reparação das perdas no processo de construção da hidrelétrica que impõe à população o abandono de suas terras, de suas moradias e dos laços criados com a localidade e entre os moradores ao longo dos anos.

Como demonstrado no quadro a seguir os municípios de Sinop e Claudia serão os mais afetados pela obra, no sentido de terem maiores proporções de área alagada:

Áreas a serem adquiridas nos Municípios da AID para implantação da UHE Sinop				
Área Afetada por Município	Área (em km²)	Faixa de 100m (APP) (em km²)	Área para Canteiro/Acampamento, Empréstimo e outras Áreas (em km²)	Total a ser Adquirido no Município (em km²)
Itaúba	43,09	14,82	1,0	58,91
Claudia	47,67	17,57	2,0	67,24
Sinop	179,25	67,26	---	246,51
Ipiranga	16,74	12,37	---	29,11
Sorriso	15,97	13,94	---	29,91
Área Total	302,72	125,96	3,0	431,68

Fonte: THEMAG Engenharia (RIMA, 2010)

A seguir a tabela mostra dados levantados pela THEMAG Engenharia, empresa que teve a responsabilidade de realizar o Estudo de Impacto Ambiental, que revelam que o maior número de famílias afetadas se localiza nos municípios Claudia e Sinop, sendo neste último a maior concentração, 857 pessoas.

População Residente Atingida, por Município		
Município	Famílias	Pessoas
Sinop	323	857
Sorriso	26	67
Ipiranga do Norte	13	36
Cláudia	31	77
Itaúba	15	29
Total	408	1.066

Fonte: Pesquisa de campo, julho-outubro/2008 - THEMAG Engenharia (RIMA, 2010)

Em decorrência destas constatações, o MAB vem concentrando suas ações nestes municípios, principalmente em Sinop onde se localizam o maior número de atingidos direta e indiretamente. As ações do MAB são de denuncia de irregularidades e de organização da população local.

A barragem atingirá pescadores, ribeirinhos, chacareiros que vivem nas margens dos rios, assentados da Reforma Agrária, e grupos como fazendeiros e ceramistas que extraem a argila do rio para a produção de tijolos que abastecem o mercado da região.

Os grupos de proximidades do movimento são os assentados e pescadores. Houve uma tentativa de organização dos chacareiros, mas por algumas dificuldades geográficas¹⁷ o MAB não esta logrando alcançar esses grupos para contribuir no seu processo de organização. As negociações por parte da empresa com os chacareiros esta se dando de forma a dividi-los em vários grupos, até o momento não foram apresentadas de forma concreta as alternativas de reparação de perdas, se a indenização poderá ser na forma de dinheiro ou se será através da entrega de uma outra terra a estes grupos.

Uma questão a ser levantada é a falta de regularização das terras dos chacareiros e ribeirinhos que vivem próximo ao rio. A grande maioria não possuem títulos das terras, apenas contratos de compra realizados com fazendeiros que tem suas terras nas margens do rio. Esta precariedade na formalização da relação legal com as terras, coloca mais um elemento de incerteza e desconfiança, fazendo com que grande parte dos chacareiros tenha receio de que a empresa realize negociações com os fazendeiros sem a presença dos atuais moradores.

Os assentamentos da reforma agrária, 12 de outubro:

¹⁷ São grupos que estão espalhados em uma grande extensão as margens do rio e de difícil acesso.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável 12 de outubro, está situado no município de Claudia (MT), hoje vivem nessa localidade cerca de 190 famílias reconhecidas pelo INCRA. A sede do assentamento está a 14 km da estrada que dá acesso ao canteiro de obras da usina, e essa proximidade coloca o assentamento numa posição estratégica para a organização e mobilização dos atingidos.

Esse assentamento é fruto de uma conquista de luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), considerada muito importante no quadro da luta pela terra na região norte do Mato Grosso, protagonizada pelo MST e CPT¹⁸, que teve início no ano de 2002.

Pôde-se ver, então, em 2002, a efervescência do emergir frentes de trabalhadores questionadores da ordem estabelecida: os coletivos dos trabalhadores rurais sem-terra. Um ponto fulcral nessa rota da BR-163 foi o Acampamento Nova Aliança, entre Sinop (50km) e Itaúba (50km), mas circunscrito ao município de Cláudia. (SOUZA, 2014, p. 137)

Houve um grande processo de efervescência de luta pela terra na região a partir do ano de 2002, estimulada pela convicção de que, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores para presidente da república, a reforma agrária iria sair do papel.

alguns daqueles milhares de trabalhadores sem-emprego, “dispensados” da madeira nos anos 80/90, juntamente com “pequenos agricultores” sem-terra, lançaram-se/foram lançados às margens físicas do progresso, como plantas, semeadas pelos milhões de carretas a cruzar, num estafante vai-e-vem, as estradas cada vez mais largas deste país. Juntavam-se nos acampamentos, e buscavam seu “pedaço de chão”. (SOUZA, 2014, p. 135-136)

As terras foram conquistadas depois de um grande processo de luta e organização por parte das famílias sem terra, que resistiam debaixo da lona preta às margens da rodovia, ocupando os latifúndios para pressionar o INCRA para regularização das áreas.

Fruto do “*Levante Camponês de 2003*”¹⁹ na Amazônia mato-grossense várias áreas foram conquistadas na região, mas ainda nenhuma foi regularizada pelo Incra.

¹⁸ Organizações históricas da classe trabalhadora que protagonizam a luta pela terra desde as décadas de 1970 (CPT) e 1980 (MST).

¹⁹ Conceito utilizado por Souza em: SOUZA; Maria Ivonete. **Do Desbravar ao Cuidar: Interdependência trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato Grossense**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

No município de Claudia encontramos quatro assentamentos organizados pelo MST que tiveram sua instalação nos anos de 2006 e 2007: PA Zumbi de Palmares II, PA Terra de Viver, PDS 12 de Outubro, PDS Keno, e o acampamento Pablo Neruda.

A fazenda foi comprada pelo Incra em 2009. A divisão dos lotes se deu de forma autônoma, as famílias realizaram uma cota e contrataram uma empresa para realizar a demarcação para divisão dos lotes, ocupando cada família seu pedaço de terra. A assentamento está dividido em 40 lotes sob coordenação da CPT e 140 do MST. Os lotes de base do MST estão divididos em cinco alqueires, a ocupação da área se deu nas áreas de pastagens já existentes preservando a Reserva Legal do assentamento que é coletiva. Os lotes da área da CPT variam de dez a dezoito alqueires, “segundo informações dos próprios assentados, sendo que esta, a área de floresta também foi loteada” (SOUZA, 2014 p. 155).

Foram sete anos de luta no processo de acampamento e hoje na terra os assentados ainda aguardam pela regularização do assentamento 12 de outubro por parte do Incra. Com o anúncio das obras e início das audiências públicas, as famílias são surpreendidas pela não existência do assentamento no EIA e no RIMA elaborados pela THEMAG Engenharia, publicados em março de 2010. Ou seja, simplesmente se desconhece a existência desses assentados nos estudos e documentos elaborados para facilitar a instalação das hidrelétricas na região.

As famílias se encontram obrigadas a ter que sair de suas terras antes mesmo de conquistar a regularização do assentamento, vendo assim seu direito à terra sendo negado e, ainda, não sendo sequer reconhecidos enquanto atingidos pela obra. A EPE, órgão do Estado responsável pelo estudo alegou, na época, que o assentamento foi criado em março de 2012, depois da conclusão EIA/RIMA (março de 2010). Mas os assentados reivindicam seu direito alegando o período de acampamento de sete anos, e que a fazenda já tinha sido comprada pela Incra em 2009 para fins de reforma agrária.

Segundo Gonçalves Junior, em uma fala que consta do documentário produzido pelo Fórum Teles Pires para denunciar as irregularidades da EPE, diz:

Ela não vai reconhecer a existência do assentamento no IEA/RIMA, com o objetivo de que ela não tenha que mudar o custo do empreendimento. Se ela reconhece, ela é obrigada a aumentar o preço teto da energia. Aumentar o preço teto ela cria oportunidade para que no leilão a energia saia num preço maior, aí ela desagrada o setor consumidor de eletricidade. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wmwp22Lr6-Q> Acesso em 18/06/2015)

Considerando um maior numero de atingidos pela obra os custos tendem aumentar, o que dificulta o interesse pelas empresas do setor.

As famílias atingidas do assentamento 12 de outubro realizaram vários movimentos de luta, como trancamento de rodovias, audiências públicas, reuniões com Inkra e EPE para o reconhecimento do assentamento como diretamente atingido pela UHE Sinop.

Em fim, no Parecer Técnico para obtenção da Licença Prévia (LP) pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente/MT (SEMA), em sua em sua divulgação²⁰, maio de 2012, o PDS 12 de outubro é reconhecido como existente na área de influencia direta pela UHE Sinop.

A organização e mobilização dos atingidos no complexo Teles Pires surge a partir de 2010, com o leilão da UHE Colíder no ano de 2010, e a partir da construção da usina em março de 2011 os ‘boatos’ começam a se tornar realidade.

Em outubro de 2010 varias organizações de trabalhadores, grupos ligados à igreja católica, povos indígenas e Organizações não Governamentais (ONGs) da norte do Mato Grosso realizam o primeiro Encontro das Águas no município de Sinop. Encontro onde pela primeira vez estiveram, na região, dois militantes do MAB nacional para contribuir no debate e com o objetivo de contribuir com a organização do movimento na região. Estiveram na organização do encontro os sindicatos: Adunemat, Sinprotec, Sindsep, Sintep²¹; Colônia de Pescadores–Z16; MAB; MST; Instituto Centro de Vida (ICV); projetos ligados a Unemat: Canteiros de Sabores e Saberes, Associação de Educação e Cultura Agroecológica Zumbis (AECAZ). Organizações essas que criaram o Fórum Teles Pires.

No final do Encontro é realizada a primeira marcha na cidade de Sinop buscando dialogar com a população urbana dos possíveis impactos que a usina poderia causar no município de Sinop como: áreas que não alagavam podem vir a alagar, o lençol freático do município é muito superficial e, com o peso do lago, água onde não brotava pode vir a brotar; o inchaço da cidade, devido à vinda de trabalhadores para a obra, poderia aumentar a demanda de serviços públicos que já são oferecidos de forma precária; aumento dos índices de violência e prostituição, considerando que pontos de prostituição ocorrem frequentemente

²⁰ Parecer Técnico N°. 61987 / CAIA / SUIMIS / 2012, emitida em maio de 2012. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/LP_Sinop_Parecer.pdf

²¹ Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat); Sindicato dos Servidores Públicos da Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso (Sinprotec); Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep); Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep).

nas localidades perto das obras, para “entretenimento dos trabalhadores”; aumento de incidência de enfermidades como malária, dengue e febre amarela²².

O Fórum tem por objetivos: Fortalecer o diálogo e as ações conjuntas entre as instituições do Fórum Teles Pires, Ministério Público e redes socioambientais ampliadas do Rio Teles Pires; Sensibilizar a sociedade local, regional na luta dos seus direitos frente à UHE-Sinop; Formar as instituições/movimentos socioambientais para controle social do empreendimento UHE-Sinop; Mobilizar formas de ações conjuntas entre as instituições/movimentos socioambientais e o Fórum Teles Pires.

O Fórum Teles Pires assume como compromisso contribuir na organização do MAB na região, compreendendo a importância do movimento para a organização dos atingidos, primeiramente em Sinop e depois se estendendo para a UHE Colíder e posteriormente para os municípios sobre influência da UHE Teles Pires, nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, onde são realizadas várias atividades, como: visitas, seminários com pescadores, organizações locais de professores e assentados destes municípios.

Cabe aqui destacar a atuação do Fórum com os povos indígenas atingidos pelas barragens no complexo.

Desde o ano de 2013 alguns encontros foram organizados pelo Fórum Teles Pires com os povos indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa. O último encontro foi realizado em abril de 2015 na Aldeia Teles Pires, localizadas nas proximidades da UHE-São Manuel, Teles Pires e Foz do Apiacás. Do encontro surgiu um manifesto de Aliança dos Povos Indígenas em defesa do Rio Teles Pires e pelos direitos coletivos, nesse documento se expressam várias situações que impactam diretamente a vida dos habitantes da região:

As usinas de Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel estão mudando radicalmente o rio Teles Pires e afetando nosso modo de vida tradicional. As barragens de Teles Pires e Colíder já mataram toneladas de peixes e milhares de animais. Abaixo das barragens, os peixes também estão morrendo em nosso território por conta das cheias e baixas repentinas do rio descontrolado, que já levou muitas canoas. Com a água suja das barragens não conseguimos mais pescar com arco e flecha, enquanto aumentam os problemas de saúde com a água contaminada, especialmente nas aldeias mais próximas das usinas.²³

²² “A presença de mosquitos transmissores de malária, dengue e febre amarela, atualmente encontrados em abundância na área de influência da UHE Sinop, é um indicativo da possibilidade de ocorrência de surtos dessas doenças” (RIMA, 2010, p. 63)

²³ Manifesto disponível em https://medium.com/@carta_tapajos/aldeia-munduruku-rio-teles-pires-511e6cbbf7, acesso em 10/08/2015

Também, no mesmo documentos é abordada a irresponsabilidade do Estado em construir barragens sem estabelecer um dialogo com os povos indígenas, e não considerando os impactos sinérgicos das usinas do complexo:

O governo constrói barragens com estudos apressados e incompletos, sem buscar entender as consequências da destruição da natureza para nossas vidas, autorizando o funcionamento das barragens sem dar uma resposta aos indígenas de como seguirão suas vidas sem peixe, sem água, sem caça. Tenta esconder seus impactos negativos sobre nossas vidas, nossos rios e nossos territórios. O governo não traz informações que entendemos, nas nossas aldeias e nas nossas línguas, não oferece alternativas para a nossa sobrevivência física e cultural. (Manifesto disponível em https://medium.com/@carta_tapajos/aldeia-munduruku-rio-teles-pires-511e6cbbf7, acesso em 10/08/2015)

São dois os assentamento oriundos do Inca impactados pela construção da barragem o 12 de outubro, que já relatamos aqui, e o PA Wesley Manuel dos Santos.

O PA Wesley Manuel dos Santos

O PA Wesley Manuel dos Santos ou mais conhecido como Gleba Mercedes V foi criado no ano de 1997, com divisão de 500 lotes, cada lote tem 70 hectares.

A Fazenda era de propriedade da Empresa Mercedes Bens, que nunca ocupou a área, posteriormente a área passou a ser administrada pela CBPO (Companhia Brasileira de Projetos e Obras), onde loteou a área e foi vendendo-a. Uma dessas áreas foi desapropriada pelo Inca, especificamente a fazenda Sequoia, uma das áreas da fazenda veio constituir-se no assentamento Gleba Mercedes V. A área do Assentamento pertencia ao município de Tapurah/MT e foi desapropriado no ano de 2001, passando a ser anexado ao município de Sinop (NEIDECK, 2015, p. 32).

O assentamento foi organizado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Sinop, não houve período de acampamento, a lista inicial encaminhada ao Inca era de 35 famílias, posteriormente muitas outras realizaram o cadastro no Sindicato, vendo a possibilidade de conquistarem uma terra.

A grande maioria das famílias que formaram o assentamento inicialmente vieram de municípios vizinhos, trabalhadores de madeireiras, garimpeiros, que buscavam uma melhoria na qualidade de vida, e retomar os vínculos com a terra, muitos eram sem-terra vindos da região sul do país.

O Inca comprou a área em novembro de 1997, momento que algumas famílias já montaram acampamento dentro da fazenda e ficaram aguardando a divisão dos lotes e as

primeiras contribuições do Incra para a estruturação do assentamento, como a abertura das estradas, que nunca aconteceu em algumas localidades do assentamento. O loteamento foi realizado no início de 1998, depois do sorteio dos lotes organizados pelo Incra e o Sindicato.

As famílias se instalaram no assentamento sem condições para sua manutenção, motivo que leva a muitos abandonarem e/ou venderem seus lotes.

Nos dias de hoje menos de 20% dos assentados são pioneiros. Muitos já cansados de esperar por políticas públicas que auxiliem na geração de renda de seus lotes, cansados da dificuldade em ir e vir ao centro da cidade, da precariedade das estradas, a falta de acesso às linhas de crédito, falta de resultado nos projetos formulados por Associações, Sindicatos, Secretarias de agricultura e de meio Ambiente, falta de acompanhamento e assistência técnica e falta de informação, foram motivos que levou muitas pessoas a desistir de seus lotes e voltar para o centro urbano (NEIDECK, 2015, p. 34-35).

Hoje muitas famílias arrendam parte de sua terra para fazendeiros para o plantio de soja, milho ou a criação de gado de corte. No início do assentamento muitas eram as famílias que cultivavam arroz, milho, feijão, criação de galinha, porco e gado de leite para a subsistência. A troca de produtos entre as famílias era comum, o que sobrava era vendido na cidade. Mas sem uma estrutura que desse apoio para a o transporte e comercialização dos produtos, assistência técnica e acesso a linhas de créditos para investir no melhoramento da terra e compra de máquinas e equipamentos agrícolas, aos poucos os assentados foram deixando de produzir.

O apoio ao transporte sempre foi necessário aos parceiros, pois o assentamento se encontra distante do núcleo urbano mais próximo, Sinop, cerca de 90 km, destacando também que as estradas sempre estiveram em péssimas condições. Para os que não tinham/têm um transporte próprio, inicialmente um ônibus realizava o transporte para ir e vir do assentamento à cidade, hoje o ônibus faz a rota todos os dias. Mas a passagem é considerada cara pelos moradores e nem todos tem condições de pagar as passagens sempre que precisam ir à cidade, dependendo muitas vezes de carona.

Por um tempo o produto mais vendido era o queijo, após muitos questionamentos por parte da vigilância sanitária, que chegou até a apreender a produção de queijos vendidos na cidade, muitos ficaram desestimulados a continuar a comercializar o queijo.

A regularização do assentamento ainda precisa ser realizada, há parceiros que não tem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), outros ainda não são homologados, situação que ocorre devido ao intenso processo de comercialização dos lotes, e conseqüentemente, troca de proprietários e grande morosidade do órgão responsável pelo assentamento, o Incra (NEIDECK, 2015, p. 36).

Essa situação de irregularidade é conveniente para à CES, que se utiliza desse argumento para adiar as negociações de pagamento pela terra alagada, e reassentamento dos que terão que sair da terra.

Hoje, no assentamento, existem duas escolas que atendem da primeira série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Nos primeiros anos do assentamento as aulas aconteciam no barracão comunitário, apenas em 2006 é construída a primeira escola na vila do assentamento, a segunda é construída em outra extremidade do assentamento no denominado Núcleo, no ano de 2012.

Das mais de 500 famílias assentadas cerca de 240 terão suas terras alagadas pela barragem, e 40 propriedades serão atingidas em mais de 50% da sua área produtiva. O número de famílias que sairão do assentamento não está certo ainda, pois não foi realizado um levantamento de quem quer permanecer na propriedade ou sair. Os atingidos alegam que não sabem o que decidir, pois a indenização pela parte da terra alagada ou mesmo o reassentamento não se concretizou, o que gera uma incerteza nos atingidos para poderem decidir seu futuro.

No assentamento hoje existem 5 associações ativas, a empresa se utiliza da divisão interna dos parceiros para dividir ainda mais os grupos, dificultando, assim, uma negociação coletiva sobre o futuro das famílias atingidas direta e indiretamente.

O MAB vem trabalhando para criar a consciência coletiva de que todos no assentamento são atingidos, independente de se terão suas terras alagadas ou não. Pois com a barragem o acesso às principais estradas do assentamento serão alagadas; o peixe que existia no rio, que todos tradicionalmente pescam, sumirá; provavelmente uma das escolas terá que fechar, pela diminuição do número de alunos; os laços comunitários se romperão com o deslocamento de famílias do assentamento.

A situação dos pescadores é ainda mais difícil, há época dos estudos do EIA/RIMA os pescadores que tinham o registro da carteira de pescador no município de Sinop eram 52, hoje há cerca de 80 pescadores, cadastrados no Ministério da Pesca. Com a formação do lago os peixes de maior valor econômico na região, como a Matrinchã e o Pintado, entraram em extinção, tanto pela formação da água parada como por não conseguirem mais subir o rio para a desova por causa do barramento.

A empresa tem se negado a sentar com os pescadores para dialogar sobre suas pautas, mesmo que as demandas dos pescadores estão entre as condicionantes aprovadas pela SEMA na licença prévia. As principais reivindicações dos pescadores são:

-Pagamento de quatro salários desde o início das obras até a liberação da qualidade da água para pesca;

- Marina de embarque e desembarque com espaço para uma lanchonete para a venda de peixe;

- Câmara fria;

- Sede da colônia;

- Mercado de peixe com fábrica de gelo;

Toda essa estrutura será organizada pela Colônia de pescadores juntamente com todos os pescadores;

- **Reassentamento** tem que ter toda a infraestrutura necessária como estradas, construção de casas, acesso à água, energia elétrica e os tanques. Sendo o tamanho do lote a ser exigido dimensionado em 05 hectares.

A empresa diz que não sabe o que significa um reassentamento para os pescadores, alega que as reivindicações dos pescadores estão sendo analisadas pelos diretores do empreendimento. O que acontece é que enquanto a obra está acontecendo há mais de um ano e meio, nenhuma resposta concreta chegou até os pescadores.

3.4 Com a palavra os moradores

O impacto da obra vem desde o simples anúncio das obras, o que é feito de uma maneira sem sequer consultar às famílias que serão atingidas. A barragem simplesmente é imposta, não existe nenhuma forma de diálogo. E as informações que chegam sempre veem de forma imprecisa, na maioria das vezes provocando muitas dúvidas e incertezas.

Em relação ao PDS 12 de outubro, o assentamento está dividido em quatro grupos que realizam diferentes negociações com a empresa responsável pela obra, a CES. A empresa tem conseguido dividir os grupos, dificultando ainda mais o processo de negociação coletiva. O que limita a força dos atingidos do assentamento para conquistarem um reassentamento e compensações para as famílias que permaneceram nos lotes.

A pauta de reivindicação das famílias que terão mais de 50% do lote alagado é o reassentamento, o que totalizam cerca de 30 famílias. A área para o reassentamento já foi visitada e aprovada pelos atingidos, eles ainda aguardam a CES realizar a compra da terra e iniciar a construção do novo assentamento.

A cada nova reunião com os diretamente atingidos a empresa apresenta novos prazos para a construção do reassentamento, sempre adiando. A demarcação de onde até aonde a

água vai chegar e a Área de Preservação Permanente (APP)²⁴ do reservatório demorou muito para ser definida, gerando uma forma de confusão com as famílias.

Para as famílias que ficam no assentamento pouca coisa foi feita, o MST tem protagonizado as lutas para a garantia dos direitos das famílias, nos processos de luta e negociações o movimento tem pautado várias reivindicações. Dentre elas podemos citar, em primeiro lugar a regularização do assentamento, e até o momento foi realizado pela CES e aprovado pelo Incra o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento; também a instalação de energia elétrica para todos os lotes, para o qual a CES contratou uma empresa para a instalação de energia, o recurso pela benfeitoria será reembolsado pelo Estado através de recursos do Programa Luz para Todos do governo federal; foi solicitado, também, a reforma e ampliação do posto de saúde e da escola do assentamento e a compra de produtos agrícolas produzidos pelos agricultores para abastecimento da demanda de alimentos para os trabalhadores da obra.

Conforme relato dos moradores não existe um comprometimento da empresa em relação aos compromissos firmados com a comunidade. O “postinho” (de saúde) não está sendo construído da maneira desejada. O postinho vem funcionando em ambiente impróprio desde abril e até o momento a obra não foi concluída. Outros problemas ocorrem na construção desde paredes que serão reconstruídas, janelas que foram omitidas na obra, piso torto, forro mal instalado, sem acessibilidade para obesos e deficientes. A planta do postinho é completamente fora dos padrões mínimos necessários. A contratação da construtora não obtém êxito, a obra já está na terceira construtora. E tudo isso está acontecendo sobre a ciência da secretaria municipal de saúde de Claudia, que conhece as condições de saúde do assentamento. A reforma do postinho não contempla equipamentos e estrutura interna, contempla apenas o aspecto de construção. A mão de obra contratada além de não ser local ainda faz uso de mão de obra haitiana e sem as mínimas condições de trabalho, alimentação, moradia, com condições análogas à escravidão.

Os casos de leishmaniose têm aumentado no assentamento. Não está ocorrendo o monitoramento no assentamento com relação a esta doença. Por parte da empresa nenhum benefício concreto para a comunidade.

Com relação à educação a obra da escola não foi concluída, porém as obras já pararam por falta de orçamento (81 mil), conseqüentemente na reforma de responsabilidade da

²⁴ Área protegida, coberta por vegetação nativa com o fim de preservar os recursos hídricos. Conforme Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 302, de 20/03/2002, que estabelece a formação de APP's para reservatórios artificiais. (CES, 2013)

empresa foi concluída com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)²⁵ (14 mil que seriam para a climatização do ambiente) pois a empresa não concluiu a obra. A escola esta mais esvaziada, pois há um grande numero de alunos que desistiram da escola para trabalharem no canteiro de obras.

Sobre a compra de produtos a CES não compra em quantidade suficiente os produtos do assentamento. Além disso, eles não respeitam a lista de compras que o assentamento fornece e usam isso como argumento para não comprar dos assentados.

A comunidade está indignada em relação às ações da CES no assentamento. A pressão popular fez com que algumas ações fossem corrigidas, porem muitas continuam erradas.

Esta é a situação dos atingidos da usina, há um descaso por parte da empresa em encaminhar os projetos ambientais e sociais.

No PA Gleba Mercedes V os atingidos ainda aguardam a execução de vários projetos de compensação na comunidade, as famílias anseiam por projetos que melhorem a qualidade de vida do assentamento, como investimento em agroindústria e apoio a comercialização dos produtos, como demonstra o relato de atingidos “nos prometeram na primeira reunião da empresa no assentamento, em fevereiro de 2014, que nossa vida iria melhorar com a chegada da usina, ainda estamos esperando essa melhoria”. (Entrevista 23/09/2015)

Isso gera uma preocupação para as famílias que esperam respostas da empresa para poderem continuar a planejar a sua vida. Como relatado por um atingido, em uma das entrevistas realizadas para este trabalho, quando perguntado sobre como sente o seu futuro? O mesmo responde: “muitos projetos a gente tinha para desenvolver com a chegada da usina é incerta a nossa permanência”. (Entrevista 23/09/2015)

A CES busca demonstrar uma imagem de boa empresa, que esta aberta ao dialogo, tem uma equipe de comunicação que passa diariamente de casa em casa dos atingidos, tanto das famílias que vivem no assentamento como nas margens do rio, mas quando um atingido pergunta “quanto vamos receber pela indenização?” Eles não sabem responder “Então, o que a gente realmente precisa saber, eles não dão informação”. (Entrevista 28/09/2013)

Hoje o assentamento reivindica à empresa: Apresentação do acordo entre CES e Incra²⁶; execução de projeto de agroindústria; execução de projeto da malha viária alternativa; regularização do assentamento; construção e reforma de posto de saúde; reforma e ampliação

²⁵ Recurso advindo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola (FNDE)

²⁶ O acordo esta previsto nas condicionantes apresentadas na Licença Prévia do empreendimento: “Apresentar documento de acordo firmado entre os assentados, INCRA e o empreendedor com relação às compensações e ou indenizações referente aos lotes e benfeitorias a serem atingidas pela implantação da UHE Sinop.” (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/LP_Sinop_Parecer.pdf Acesso em 27/10/2015)

das escolas; construção de praças públicas; apresentação de projeto de reassentamento; pagamento justo pelas perdas das terras e benfeitorias.

São reivindicações legítimas, sobre as quais até o momento não se avançou nada, o acordo entre empresa e INCRA não foi elaborado, apenas houve reuniões que não chegaram a se concretizar em nenhum documento, muito menos no estabelecimento de uma parceria entre ambos para resolver às demandas dos atingidos.

Os projetos de malha viária e agroindústria são apenas promessas, estão apenas no papel, conforme atas de reuniões com a empresa, houveram muitas reuniões com os assentados para discutir os projetos, mas não há perspectivas concretas de que serão executados por parte da empresa. Os valores apresentados no caderno de preços²⁷, que apresenta valores a ser pagos pelas benfeitorias, são insignificantes, não paga o real valor do que vamos perder como as casas e as cercas, e ainda se negam a pagar os pé de frutas que serão alagados. (Entrevista 27/09/2015)

As famílias já sentem que seus direitos estão sendo violados desde os anuncio das obras, há muito se fala da construção e o que se vê são muitos boatos desencontrados, mas informações precisas não há, como podemos ver na fala de um entrevistado:

Esse trabalho já vem sendo desenvolvido desde 2008, já se fala em usina, já estamos em 2015, quase 2016. 7 ou 8 anos só nesta conversa de usina, usina. O que mudou até hoje? A única coisa que mudou foi a paisagem onde a obra esta sendo feita. Ali sim, ali mudou. O paredão esta subindo, entendeu? Esta sendo feita as obras tudo certinho, mas e o povo? (ENTREVISTA 27/09/2015)

Depois de todos esses anos sem uma definição concreta que atenda demandas dos atingidos, estes percebem que a única alternativa é a organização para fortalecer as reivindicações. A realidade demonstrou que de maneira fragmentada e isoladamente não se alcançam os objetivos e que é necessário um movimento social forte e organizado que represente os atingidos, e a luta.

Provavelmente daqui para frente é luta para que avance a pauta, a gente confiava que a usina ia resolver e infelizmente esse tempo esgotou. Tanto é que é necessário que se resolva porque a obra esta muito avançada a qualquer momento o lago pode encher e não tem nada resolvido, a gente ainda tem essa oportunidade de através da luta conquistar nossos direitos. (ENTREVISTA, 27/09/2015)

²⁷ Caderno de Preços é um documento elaborado pela empresa, responsável pelo empreendimento, onde é apresentado os valores para as benfeitorias e terras que forem atingidas. A partir dos valores apresentados dele são feitas as negociações para as indenizações.

CONCLUSÃO

A discussão de aumentar a oferta de energia no Brasil sempre esteve em pauta nas agendas de governos e na mídia, com a desculpa que a produção de energia é para bem estar dos brasileiros promovendo um desenvolvimento que beneficia a todos. A indústria eletrointensiva continua a demandar do Estado a liberação de barragens para a captação de água e produção de energia, e hoje a Amazônia esta na mira das grandes empresas como um grande território a ser explorado.

É necessário haver um debate publico sobre o setor elétrico e sua organização, *'para que e para quem?'* esta organizada a indústria de produção de energia no Brasil. Para sua legitimação, os defensores do atual modelo apenas tratam sobre sua eficiência quando comparada com outras fontes e ainda classificando-a como energia limpa. Ao afirmarem essas questões omitem o debate energia *'para quem?'* e os crimes ambientais e sociais praticados pelas empresas que controlam o setor.

E para os atingidos a única maneira de poderem garantir as indenizações e compensações que minimizem os impactos é a sua própria organização e luta permanente. A legislação acerca das concessões não faz menção aos problemas sociais e ambientais. E os órgãos responsáveis pela fiscalização e estudos não estão preparados, ou não estão definidas suas responsabilidades para tratar sobre o assunto. Ficando os atingidos sem nenhum aparato institucional que lhes garanta direitos.

Está na hora das empresas, que praticam crimes ambientais e desrespeitam os direitos das comunidades e populações impactadas, pagarem pela divida histórica de uso abusivo do recursos naturais.

No desenvolver da pesquisa surgiram muitos temas que é necessário aprofundar, como: a precarização do trabalho na indústria de eletricidade; como se da a atuação do Estado no acompanhamento aos impactos produzidos na construção de barragens; o financiamento público para mega investimentos; a luta efetiva dos atingidos por barragens pela PNAB; o que os atingidos pela barragem da UHE Sinop pensam sobre seu futuro, entre outros.

Para finalizar o MAB aparece como uma saída para os atingidos, reconhecendo sua contribuição no esclarecimento e alerta sobre as praticas das empresas que constroem barragens no Brasil. Contribuindo no seu processo de conscientização sobre a importância da organização na garantia de seus direitos, o movimento compreende que o trabalho de formação de uma consciência que se faz necessária à construção de uma nova sociabilidade, que não seja fundada no valor da mercadoria e na apropriação privada do trabalho coletivo, a

forma de organização que acreditamos ser necessária para a construção do socialismo. A consciência da luta enquanto classe trabalhadora, e não limitada às da luta nas barrancas do rio, é necessária de ser forjada, pois a efetivação dos direitos na sociedade capitalista é limitada pelos interesses da classe que detém os meios de produção.

Podemos observar nas consignas do movimento, desde o início até os dias atuais, como avançamos no processo de emancipação da consciência política, partindo da luta de uma reivindicação mais imediata, sindicalista de “Terra por Terra”, para palavras de ordem mais articuladas ao enfrentamento “Terra Sim, Barragem Não”, “Águas para vida e não para Morte”, que mostram uma maior compreensão do avanço do capital sobre os recursos naturais e de mercantilização de todos os âmbitos da vida social, como expressa a consigna “Água e energia não são mercadorias” e “Nossa terra, nosso rio, não se vende, nossa terra, nosso rio se defende”. Até nossa última palavra de ordem, no 7º Encontro Nacional, realizado em setembro de 2013 na cidade de São Paulo: “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, o movimento avançou na compreensão da importância de realizar o debate para fora, buscando promover o discussões e processos de lutas com outras organizações da classe trabalhadora, na articulação de um projeto energético popular, inserido em uma discussão maior de um projeto popular para o Brasil.

Com os atingidos da UHE Sinop esse trabalho esta se iniciando, a consciência da luta e organização esta se despertando, depois de mais de um ano e meio de obra, após um processo de muitas tentativas de diálogos a partir de reuniões, os atingidos começam a despertar e ver no MAB a organização que precisam fortalecer para melhorias de suas condições de vida.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE GUTIERREZ, FURNAS e ELETRONORTE. **Relatório de Impacto Ambiental/RIMA de Aproveitamento Hidrelétrico Colíder**, janeiro de 2009.

BEHRING, Rossetti Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Nivalde José; NETO, Pedro Bara; BRANDÃO, Roberto; DANTAS, Guilherme de A. **Expansão do Sistema Elétrico Brasileiro e o Potencial Hidroelétrico da Região Amazônica**. Texto de Discussão do Setor Elétrico N° 50. Rio de Janeiro: Gesel/IE/UFRJ, 2012.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação. OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. (2010). **Comissão Especial "Atingidos por Barragens" - Relatório**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília.

COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP. **UHE Sinop - Programa Básico Ambiental PBA**, dezembro de 2013.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **A Materialização do Modelo Energético Brasileiro na Bacia do Rio Uruguai**. Monografia (Curso de Extensão/Especialização), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Erechim, 2010.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório de Impacto Ambiental/RIMA de Usina Hidrelétrica Foz do Apiacás**, fevereiro de 2010.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório de Impacto Ambiental/RIMA de Usina Hidrelétrica São Manuel**, julho de 2011.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Teles Pires**, Relatório Parcial 2. Julho de 2009

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório de Impacto Ambiental/RIMA de Usina Hidrelétrica Teles Pires**, setembro de 2010.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, TEMAG ENERGENHARIA. **Relatório de Impacto Ambiental/RIMA de Usina Hidrelétrica Sinop**, março de 2010.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da Barranca do Rio para a Periferia dos Centros Urbanos: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às Políticas do Setor Elétrico No Brasil**. Monografia Programa de Pós Graduação. Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

GONÇALVES, Dorival Junior. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes.** Tese (Doutorado em Energia)-Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2010.

NEIDECK, Rosana Maria Breier. **A Formação dos Educadores - Um Elemento Articulador entre as Práticas Escolares e a Vida Campesina no Centro Municipal Integrado de Educação do Campo Valmor Copati.** Monografia (Curso de Residência Agrária) Faculdade UNB Planaltina, Universidade De Brasília, Planaltina, 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Os planos de hidrelétricas no Brasil, na Amazônia e Rondônia. **Hidrelétricas no rio Madeira: Energia para quê e para quem?** (2ª), 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.. Manual do Atingido. **Setor Elétrico Brasileiro: uma breve história de "ligações perigosas" entre o público e o privado** . Rio de Janeiro: Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa/ADIA, (s.d.).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Violação dos direitos Humanos na Construção de Barragens.** São Paulo, 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens.** São Paulo, 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** São Paulo, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Afirmações Políticas do 7º Encontro Nacional do MAB. São Paulo 2013

MAB/MT. **Arquivos de panfletos,** levantamentos e demais dados existentes na sede do MAB/TO

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Maria Ivonete. **Do Desbravar ao Cuidar: Interdependência trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato Grossense.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá**, 2003. 191f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VAINER, Carlos B. **Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Revista Estudos Avançados, Vol 21 Nº 59, São Paulo, Janeiro/Abril de 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O desafio da Inclusão Social no cenário atual brasileiro e amazônico**. In: SCHERER; Elenise, organizadora. Questão Social na Amazônia. Manaus: Edua; 2009 p. 23---36.

TROCATE, Charles (Org). **Ideias para o pensamento político da Via campesina na Amazônia**. Pará: Iguana, 2014.

PICHININ, Erica dos Santos; SOUZA, Reginaldo José de **O avanço da fronteira agrícola no norte de mato grosso: algumas reflexões sobre os impactos socioambientais**. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2006.

PÁGINAS DE INTERNET:

INESC: <http://amazonia.inesc.org.br/>, Acesso em 30/10/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=wmwp22Lr6-Q> Acesso em 18/06/2015

http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/quem-somos/razao-de-ser Acesso em 28/05/2015

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8031.htm Acesso em 29/05/2015

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/amaz-nia-concentra-metade-da-gua-subterr-nea-pot-vel-0> Acesso em 28/08/2015

<http://amazonia.org.br/2012/07/nota-t%C3%A9cnica-alerta-sobre-impactos-socioambientais-na-corrída-por-megawatts-na-amaz%C3%B4nia-legal/> Acesso em 28/05/2015

http://ri.cemig.com.br/static/ptb/estrutura_acionaria.asp Acesso em 01/09/2015

<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp> Acesso em 01/09/2015

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atual-modelo-energ-tico-brasileiro> Acesso em 05/09/2015

<http://www.pascal.com.br/anexo/dicas-historia-da-eletricidade.pdf> Acesso em: 15/09/15.)

<http://www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx> Acesso em 16/09/2015

<http://www.eficien.com.br/noticias/associacoes-criam-o-forum-de-associacoes-do-setor-eletrico-brasileiro/> Acesso em 19/10/2015.

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior> Acesso em 19/10/2015.

<http://apublica.org/2013/12/amazonia-bndes-financia/> Acesso em 17/08/2015

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt> Acesso em 24/09/2015

<http://www.uhetelespires.com.br/site/empreendimento/#body> Acesso em 25/10/2015

<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Complexo+hidreletrico+Teles+Pires++seis+usinas+e+um+rio/16744> Acesso em 25/10/2015

<http://www.utc.com.br/noticiasdetalhes.php?id=218> Acesso em 25/10/2015

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510790> Acesso em 27/10/2015

http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/LP_Sinop_Parecer.pdf
Acesso em 27/10/2015